

JOÃO SILVÉRIO TREVISAN

# devassos no paraíso

A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade



edição revista e ampliada



A coleção **CONTRALUZ** é dedicada à sexualidade e segue uma tendência mundial de valorização da discussão e da investigação desta temática na arte e na literatura. Sem se limitar a qualquer gênero, a coleção explora a sexualidade em seus aspectos históricos, políticos, sociais, literários e antropológicos.

### OUTROS TÍTULOS DA COLEÇÃO

AGORA QUE VOCÊ JÁ SABE, de Betty Fairchild e Nancy Hayward  
O PORTEIRO, de Reinaldo Arenas  
ANTES QUE ANOITEÇA, de Reinaldo Arenas  
A VELHA ROSA, de Reinaldo Arenas  
MAPPLETHORPE: UMA BIOGRAFIA, de Patricia Morrisroe  
O FIM DE SEMANA, de Peter Cameron  
HOMOSSEXUALIDADE: UMA HISTÓRIA, de Colin Spencer  
VICE-VERSA, de Marjorie Garber  
BOÊMIA DOS RATOS, de Sarah Schulman  
TROÇOS E DESTROÇOS, de João Silvério Trevisan  
GUERRA DE ESPERMA, de Robin Baker  
HISTÓRIAS POSITIVAS, de Marcelo Secron Bessa  
O POÇO DA SOLIDÃO, de Radclyffe Hall  
SEIS BALAS NUM BURACO SÓ, de João Silvério Trevisan  
CRIAÇÃO EM SEPARADO, de Chandler Burr  
A REGRA DE TRÊS, de Antonio Gala  
A BIBLIOTECA DA PISCINA, de Alan Hollinghurst  
AIMÉE E JAGUAR, de Erica Fischer



CONTRALUZ

**JOÃO SILVÉRIO TREVISAN**

# devassos no paraíso

4ª EDIÇÃO

  
**EDITORA RECORD**  
RIO DE JANEIRO • SÃO PAULO

2000

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

T739d  
4ª ed. Trevisan, João Silvério, 1944-  
Devassos no paraíso: (a homossexualidade no  
Brasil, da colônia à atualidade) / de João Silvério  
Trevisan. – Ed. revisada e ampliada – 4ª ed. – Rio de  
Janeiro: Record, 2000.

Apêndices  
Inclui bibliografia  
ISBN 85-01-05066-6

1. Homossexuais. 2. Homossexualismo  
masculino. I. Título.

00-0357 CDD – 306.76  
CDU – 316.346.2-055.3

Copyright © João Silvério Trevisan, 1986

Direitos exclusivos desta edição reservados pela  
DISTRIBUIDORA RECORD DE SERVIÇOS DE IMPRENSA S.A.  
Rua Argentina 171 – Rio de Janeiro, RJ – 20921-380 – Tel.: 585-2000

Impresso no Brasil

ISBN 85-01-05066-6

PEDIDOS PELO REEMBOLSO POSTAL  
Caixa Postal 23.052  
Rio de Janeiro, RJ – 20922-970



“Tudo eram delícias  
e não parecia esta terra  
senão um retrato  
do terreal paraíso.”

*Frei Manoel Calado do Salvador (1636)*

“Onde é Brasil?  
Que importa este lugar  
se todo lugar  
é ponto de ver e não de ser?”

*Carlos Drummond de Andrade (1962)*

## Sumário

Advertência à 1ª edição	11
Nota à 3ª edição	13
Agradecimentos	15

### INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1 Cinema Íris e os bastidores do Brasil	19
CAPÍTULO 2 Ser ou não-ser homossexual	31
CAPÍTULO 3 Ser ou não-ser brasileiro	45
CAPÍTULO 4 O estado de vir-a-ser	55

### PARTE I O BRASIL VISTO DA LUA

CAPÍTULO 1 “Pareço estar em Sodoma, e pior ainda...”	63
CAPÍTULO 2 Vênus deitada, Urano nas esquinas	75
CAPÍTULO 3 A mulher que descobriu o Brasil	95

### PARTE II A SANTA INQUISIÇÃO DESCOBRE O PARAÍSO

CAPÍTULO 1 Primórdios: os brutos também amam	109
CAPÍTULO 2 Escravidão, religiosidade e erotismo	115
CAPÍTULO 3 O Deus hedonista	121
CAPÍTULO 4 O Deus punitivo	127
CAPÍTULO 5 Os pecadores lúdicos	137
CAPÍTULO 6 O <i>gran finale</i> penitencial	149

**PARTE III**  
**UM NOVO MUNDO NADA ADMIRÁVEL**

- CAPÍTULO 1 As elites homofóbicas 157  
 CAPÍTULO 2 Da sodomia ao silêncio tácito 163  
 CAPÍTULO 3 Rumo ao Estado higiênico 171  
 CAPÍTULO 4 Entra em cena o homossexualismo 177  
 CAPÍTULO 5 Rumo ao confinamento psiquiátrico-policial 187  
 CAPÍTULO 6 Febrônio e Chrysóstomo: foras-da-lei num país sem leis 195  
 CAPÍTULO 7 O escândalo dos "índios homossexuais" 215

**PARTE IV**  
**A ARTE DE SER AMBÍGUA**

- CAPÍTULO 1 Reminiscências da cena travestida 231  
 CAPÍTULO 2 Essas histórias de amor maldito 249  
 CAPÍTULO 3 De como o ladrão boliviano invade o leito nupcial 275  
 CAPÍTULO 4 Anos 70: eclode o desbum guei... 283  
 CAPÍTULO 5 ... E acontece o nosso boom guei 293  
 CAPÍTULO 6 E com vocês: a bicha eletrônica 305  
 CAPÍTULO 7 O Brasil mostra sua cara 315  
 CAPÍTULO 8 Nosso trapo, nossa arte 325

**PARTE V**  
**A MANIPULAÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE LIBERADA**

- CAPÍTULO 1 Um retardado começo 335  
 CAPÍTULO 2 Novas idéias no *front* 343  
 CAPÍTULO 3 Cooptação, institucionalização, diluição 353  
 CAPÍTULO 4 Um saldo melancólico 365  
 CAPÍTULO 5 Assumindo o novo milênio 375

**PARTE VI**  
**JÁ TEMOS UM PASSADO**

- CAPÍTULO 1 A máscara e a paródia 389  
 CAPÍTULO 2 Êxtase e agonia 397  
 CAPÍTULO 3 Quem tem medo do lobo mau? 407  
 CAPÍTULO 4 Travestis tipo exportação 417

**PARTE VII**  
**PARAÍSO PERDIDO, PARAÍSO REENCONTRADO**

- CAPÍTULO 1 As peripécias do corpo 429  
 CAPÍTULO 2 *In peste veritas* 435  
 CAPÍTULO 3 Os anos de pânico 449  
 CAPÍTULO 4 A porta de trás do paraíso 469

**Apêndice 1**  
**ENTREVISTA COM O BABALORIXÁ**  
**MÁRIO MIRANDA/MARIA APARECIDA 477**

**Apêndice 2**  
**... E A LUTA CONTINUA**

- A guerra santa do Dr. Richetti 503  
 Integrar-se ou desintegrar? 509  
 O vírus, nosso irmão 515  
 Carta a Brasília 521  
 A Parada do nosso amor 527

- Bibliografia 533  
 Índice 549



## CAPÍTULO 1

# Cinema Íris e os bastidores do Brasil

Já dizia o poeta italiano Pier Paolo Pasolini que o tabu da homossexualidade é um dos mais sólidos ferrolhos morais das sociedades pós-industriais, com base em novos e velhos argumentos. Além de ser inútil para a reprodução da espécie, a prática homossexual solaparia a família (em cujo seio se geram os novos consumidores) e seus padrões ideológicos (cuja ordem é consumir). Se hoje talvez pareça impensável o extermínio maciço de homossexuais, como ocorreu no passado em nome de certa pureza de costumes, o que temos em lugar do triângulo rosa nazista é uma generalizada desqualificação moral, de modo que “o homossexual continua vivendo num universo concentrationário, sob o rígido controle da moral dominante”, nas palavras de Pasolini.<sup>1</sup> E eu acrescentaria: sob controle também da mentalidade empresarial, em época de globalização do mercado. Na verdade, neste final de século o vácuo político-ideológico, a crise do capitalismo e a recrudescência dos credos religiosos institucionalizados criaram terreno fértil para as execrações morais, insufladas agora por um milenarismo de olho no capital. E a homossexualidade pode ser alvo fácil de um novo fundamentalismo político-empresarial — que a torna bode expiatório da generalizada crise de esgotamento moral nos nossos dias e, assim, une bancadas políticas díspares de evangélicos, ruralistas e católicos contra a “decadência moral”.<sup>2</sup> Sobretudo após a derrocada do sistema político comunista, generalizaram-se e se radicalizaram as regras de consumo nas sociedades de economia globalizada, tornando hegemônicas as leis de mercado, no mundo todo. O que importa mais do que nunca é o consumo, de modo que a própria moral passou, em certa medida, a depender do mercado — como mostram as incursões “avançadas” da TV Globo na área de costumes. O casal guei

da novela *A próxima vítima* (1995) certamente tornou-se possível porque pesquisas indicaram que o filão homossexual apresenta enorme potencial consumidor, mas também por causa do crescimento de audiência sempre que uma “coisa proibida” vai ao ar — e ainda assim, de modo asséptico, quer dizer, sem escandalizar o público com cenas “explícitas”, fartamente mostradas na telinha quando se trata de casais heterossexuais. A fragilidade dessa “aceitação” fica evidente se lembrarmos que o consumismo das sociedades industriais é autofágico: assim como o quadro político-econômico baseia-se no oportunismo do lucro, o consumo funciona como uma faca de dois gumes. Nesse sentido, não é contradição mas corolário lógico que uma bancada rica e poderosa como a dos evangélicos representados no Congresso Nacional imponha à nação brasileira propostas reacionárias que deveriam ser consideradas historicamente superadas, por sua clara inspiração sectária e antidemocrática. No caso de muitas religiões neopentecostais, por exemplo, o controle moral está firmemente ancorado numa mentalidade voltada para o lucro material, por mais impensável que isso pudesse parecer, considerando o puritanismo dos pentecostais históricos. Veja-se o caso da Igreja Universal do Reino de Deus: a mediação com o divino passa pela troca de favores (“Deus lhe dará em dobro o que você der para sua igreja”) e pelo firme controle moral (“tire o demônio de dentro de você”), que chega a se processar através de exorcismos públicos. Assim, em nome de um novo consumo — agora religioso — a homofobia comparece, com redobrada virulência, através desses empresários da fé e da moral. E os fatos não se restringiram a meros ataques verbais: em Salvador abriu-se um centro evangélico para “recuperação” de homossexuais, liderado por um vereador local, enquanto em São Gonçalo (estado do Rio de Janeiro) foi criada uma igreja evangélica especializada em “curar” homens homossexuais, cujo objetivo manifesto é fazer o pecador sentir desejo por mulher.<sup>3</sup>

Pesquisas várias revelam o contrário do estereótipo do brasileiro fogoso, que se veicula nas agências de turismo. Em 1986, o IBGE do Rio Grande do Norte constatou baixo uso de anticoncepcionais entre as mulheres entrevistadas, pelo simples motivo de que 80% delas nunca tinham relações sexuais.<sup>4</sup> Em 1996, pesquisa conjunta da Central Geral dos Trabalhadores e do Ministério da Saúde sobre o comportamento sexual em várias categorias profissionais verificou que de 86% (caso máximo, no setor de processamento de dados) a 72% (caso mínimo, no setor de transportes) dos profissionais eram fiéis no casamento.<sup>5</sup> O

perfil sexual conservador da população brasileira foi confirmado, de modo mais abrangente, por uma pesquisa DataFolha realizada nacionalmente em 1998, na faixa etária entre 18 e 60 anos. Num país que transformou a dança do bumbum em mania nacional, até o ponto de sua titular Carla Perez colocar as nádegas no seguro, supõe-se que a bunda goze de um prestígio eroticamente hegemônico. Pois bem, nesse mesmo país, 44% das pessoas entrevistadas afirmaram nunca ter praticado sexo anal. Se a relação sexual pré-marital foi uma prática admitida por 67% das pessoas nessa pesquisa, em contrapartida só 39% se julgavam totalmente liberadas, enquanto 43% ainda consideravam a virgindade feminina como necessária antes do casamento e apenas 31% das mulheres admitiam ter orgasmo costumeiro. Se a masturbação foi considerada saudável por 63%, a prática indicava outra coisa: boa parte da população entrevistada se masturbava pouquíssimo e 18% afirmavam nunca ter se masturbado na vida. A imagem de povo sensual também saía chamuscada por outros resultados: 43% das pessoas entrevistadas admitiam ter apenas interesse médio por sexo e 47% admitiam fazer sexo uma vez por semana, gastando em média míseros 36 minutos semanais nessa atividade. Acrescentem-se os fatos de 64% considerarem a prostituição como uma imoralidade e 30% nunca terem praticado sexo oral. Nessa mesma pesquisa, a grande maioria admitia nunca ter tido fantasias fora dos padrões mais convencionais, sinal de uma sexualidade pouco criativa. Os dados comparativos indicavam uma defasagem entre o que se diz e o que se faz, marca característica da sexualidade no Brasil. Ainda que as pesquisas tenham cuidado para que as respostas sejam dadas anonimamente e em particular, os resultados sempre podem estar subvalorizados, pois a tendência das pessoas é mascarar sua vida privada, segundo opinião de especialistas ouvidos pela revista *Veja*.<sup>6</sup> Afinal de contas, vivemos numa cultura das aparências. Por isso, não é de espantar que, na mesma pesquisa DataFolha, apenas 14% dos homens e 5% das mulheres admitiram já ter tido relações homossexuais, ao mesmo tempo que 70% afirmaram não sentir nenhuma atração por gente do mesmo sexo. Adquire uma conotação ainda mais enfática que 54% das pessoas entrevistadas eram contra a legalização da união homossexual e 62% opunham-se à adoção de crianças por casais homossexuais.<sup>7</sup>

Tais constatações estão longe da crença, veiculada pela mídia pressurosa em detectar novas tendências, de que o consumismo resgatou *de um modo definitivo* os homossexuais para a sociedade capitalista. Já se passou a aceitar o

bom-mocismo de pessoas HIV positivas que confessam publicamente essa nova “qualidade” do seu caráter, ou o exotismo da *lesbian chic* com “presença maciça na moda, no cinema e na música”, conforme hiperbólica constatação de um jornalista.<sup>8</sup> No entanto, esse costuma ser um resgate tácito, um ato de condescendência que tolera apenas sob rigorosas circunstâncias, aceitando uma homossexualidade *clean*, da qual esteja depurado todo e qualquer resquício de “rebeldia”. Tal cooptação evidenciava-se, por exemplo, na tese da união civil entre pessoas do mesmo sexo, amplamente abordada pela mídia e que, apesar dos reacionários brasileiros de plantão, adquiriu certa simpatia internacional até mesmo em setores conservadores mais inteligentes.<sup>9</sup> Mas, como essa “integração” resulta de um beneplácito concedido pela sociedade “civilizada”, a reprovação continua latente, pronta para disparar a condenação moral no momento oportuno. Não por outro motivo, casais homossexuais continuarão proibidos de adotar crianças, ainda que reconhecidos legalmente.

A verdade é que a civilização sempre precisou de reservatórios negativos que possam funcionar como bodes expiatórios nos momentos de crise e mal-estar, quando então, por um mecanismo de projeção, ela ataca esses bolsões tacitamente tolerados. Em outras palavras, sempre que a minha situação não tem saída, a saída é atacar o mal fora de mim. As periódicas perseguições aos judeus têm sido, secularmente, claro exemplo dessa projeção ideológica. Assim também, pode-se constatar na contemporaneidade um recrudescimento do racismo contra os negros, agora em novos moldes, inclusive científicos — segundo os quais sua inferioridade genética se refletiria num QI mais baixo. A homossexualidade inscreve-se como mais um desses reservatórios negativos. Como a permissividade social é basicamente oportunista, a tolerância varia de época para época, dependendo de fatores externos, que acrescentam à prática homossexual maior ou menor grau de periculosidade, conforme as necessidades circunstanciais. Por isso, apesar de tolerada no Brasil, a prática homossexual acabou se tornando freqüentemente um caso de polícia, ainda que não seja proibida por lei. No cotidiano reprimido de grande quantidade de homossexuais brasileiros, há centenas de exemplos. Relato um deles, ocorrido no cine Windsor, centro de São Paulo, especializado em filmes pornô heterossexuais. É fato já bastante conhecido que salas decadentes como essa sobrevivem basicamente como pontos de paquera homossexual. No dia 18 de outubro de 1995, um grupo de homens que se apresentaram como policiais invadiu esse cinema

e colocou indiscriminadamente os quase cinquenta espectadores na sala da gerência. Seu suposto chefe jogou sobre a mesa uma algema, apresentou-se como delegado e, após uma longa arenga sobre a vergonha de haver ali pais de família praticando atos imorais, tomou nota dos nomes, endereços e carteiras de identidade de cada “infrator”. A seguir, correu o chapéu entre os aterrorizados espectadores, solicitando todo o dinheiro que tivessem no bolso e mesmo cheques, sob ameaça de levá-los à delegacia e ter seus nomes publicados nos jornais sensacionalistas do dia seguinte. Além do crime de extorsão, realizado com uma tranquilidade que denotava tratar-se de prática corriqueira, a perversidade do fato residia no seguinte: nenhuma atividade atentatória ao pudor que os espectadores masculinos pudessem estar eventualmente realizando entre si jamais se compararia ao que acontecia de modo explícito na tela, onde penetrações e felações de todo tipo repetiam-se até o tédio, entre homens e mulheres. É claro que, considerando a clandestinidade que envolve grande parte dos encontros homossexuais, os policiais tinham certeza de que dificilmente chegaria a ocorrer uma denúncia pública contra tal abuso. Eu poderia citar muitos outros fatos de repressão que não chegam à mídia — saunas e casas noturnas de freqüência guei invadidas por policiais, gangues organizadas atacando nas ruas (como no chamado Baixo Guei do Rio de Janeiro) e até mesmo invadindo bares do gueto homossexual (como ocorreu na lanchonete Burger & Beer, em São Paulo, atacada por 30 carecas, em junho de 1996). Tudo isso comprova que a tolerância da repressão tem uma outra face da moeda, que é a possibilidade de tirar vantagem — fato, aliás, que prostitutas, travestis e meninos de rua estão cansados de saber. Ora, é também graças à clandestinidade das práticas homossexuais que se impõe uma outra característica desses reservatórios negativos da sociedade brasileira: o silêncio que os envolve. De fato, tais circunstâncias só são tornadas públicas se oferecem material sensacionalista para as primeiras páginas da imprensa marrom (por exemplo, quando um padre foi preso em situação “comprometedora” num cinema de pegação guei de São Paulo ou quando a guarda municipal flagrou um conhecido ator do *showbiz* transando com outro homem numa praça de São Paulo). É graças ao silêncio tácito que esses incidentes repressores sequer chegam ao conhecimento coletivo, como se nunca tivessem existido nem constituíssem um problema social.

Se é verdade que, por um lado, a Aids veio criar um surpreendente efeito de abertura (a ser analisado na última parte deste livro), ela sem dúvida infes-

tou este triste trópico com uma paranóia que, sob pretexto de “resistência moral”, colocou de prontidão certa ala conservadora — a mesma que às vezes cochila com um olho mas mantém o outro sempre alerta para vigiar e, de pronto, interferir. Bem de acordo com a vocação brasileira para a conciliação, as patrulhas da velha ordem se apresentam cada vez menos como tais. Provando que neste país costuma mudar o doce mas não as moscas, tais patrulhas vêm à tona camufladas sob a pele de médicos, psicólogos, juizes, bispos, pastores, políticos, radialistas, professores universitários e — pasmem! — até de roqueiros que, debaixo da gíria mais moderna, continuam falando a mesma linguagem moralista dos seus avós. Usando indevidamente a autoridade que a ciência, a religião e a mídia (três medusas do nosso tempo) lhes conferiram, tais oráculos passam a ditar regras morais, conforme se verá mais detidamente neste livro. Por ora, quero apenas mencionar o mal contido júbilo com que certos estratos conservadores do país (aqui incluindo as retrovanguardas) anunciaram o refluxo daquilo que a mídia retumbantemente chamou de “revolução sexual” — fenômeno que raramente ultrapassou as manchetes mais sensacionalistas e que, temo eu, funcionou mais como golpe publicitário para vender produtos do que como fator de transformação da consciência das pessoas. Daí a hipocrisia com que, ao se falar da homossexualidade, comentava-se o “fim dos modismos” — como se as práticas sexuais não-institucionalizadas se limitassem a mero modismo. Pelos jornais, podia-se ler, por exemplo, que “brasileiro nunca leva a sério suas opções sexuais: aparece um Ney Matogrosso na televisão, então imita-se logo o comportamento andrógino” — no dizer de certa pesquisadora.<sup>10</sup> Pontificava-se que os modismos passam mas o matrimônio fica; ou seja, após mais essa efêmera tempestade de luxúria, a Família recupera seus valores eternos, por graça de Deus e para tranqüilidade da Pátria. Em contrapartida, vem se reforçando a imagem do casamento monogâmico como coisa eterna e não aquela instituição imposta a ferro e fogo, durante séculos, na vida dos indivíduos — desde a veiculação quotidiana realizada (como verdadeira lavagem cerebral) pela mídia, em conluio com moralismos religiosos, até as terríveis punições, em séculos anteriores, que a Igreja e a Inquisição impingiram a quem praticasse adultério e, até mesmo, tivesse dentro do casamento uma prática sexual não enquadrada dentro dos fins procriativos aos quais ele, por definição, se destinaria. Tal atitude continuou presente, aliás, na sistemática campanha da Igreja contra a camisinha, em tempos de Aids, sob pretexto de que se está reforçando

a imoralidade. Nem a famosa misericórdia evangélica nem a infecção de numerosos padres católicos pelo HIV conseguiram demover a Igreja, cuja intransigência a respeito tem beirado o irracionalismo.

Mas não é esse o único argumento do neoconservadorismo brasileiro perante a homossexualidade. Agora envolto numa linguagem modernizada, reaparece o velho argumento da *naturalidade*. Em vários setores, a Aids foi vista como resultado de um descompasso entre a natureza e os costumes, pois sempre que “o homem invade o nicho ecológico, contrai novas doenças”, conforme palavras do Dr. Ricardo Veronesi, então professor de medicina da USP. Ao contrário dos médicos mais antiquados que usavam argumentos morais, a interpretação se modernizou (já se usam até conceitos ecológicos), para atingir os mesmos objetivos normativos. Assim, a prática homossexual — que, ao contrário das evidências, continua associada à expansão da Aids — estaria rompendo um equilíbrio natural, de modo que a natureza se vingou, atingindo a humanidade com uma “pandemia, através da mutação de um vírus novo” que, no caso específico, provoca a Aids.<sup>11</sup> Aceitando esse raciocínio, é espantoso que não tenha ocorrido nenhum surto de pragas sexuais em vários povos antigos, por exemplo, ou em tribos indígenas de todo o mundo, inclusive brasileiras, praticantes seculares e reiteradas dessa “ruptura de equilíbrio natural” entre pessoas do mesmo sexo. Convém lembrar que argumentos equivalentes em oportunismo foram usados para explicar a eclosão da sífilis no continente europeu, em fins do século XV, quando se supunha que até mesmo a masturbação provocava a nova doença.<sup>12</sup>

Para a Aids “homossexualizada”, apareceram ainda argumentos baseados na “naturalidade nacional” — quando se propõe que a vivência homossexual seria fundamentalmente alienígena, enquanto costume recém-importado para o Brasil, na esteira da chamada “revolução sexual”. Evidentemente, essa idéia coloca num mesmo saco as homossexualidades e, por exemplo, o bombardeio com que somos, a qualquer hora do dia, atingidos pelo pior lixo da música americana, através de nossas rádios, ou dos eletrodomésticos mais dispensáveis que atravessam nossas alfândegas. Diante do jargão nacionalista baseado no rechaço à diferença, prefiro lembrar um delicioso conto de Aguinaldo Silva, em que uma bicha debutante, mas muito curiosa, resolve visitar o cinema Íris — paraíso popular da pegação guei carioca — para conferir a existência de certa frase inscrita nas paredes do banheiro local. Mergulhando como um Dante no

inferno, o personagem tateia na escuridão do cinema, onde só as prostitutas assistem ao filme, enquanto a população masculina se comprime nos cantos ou detrás das cortinas podres, em agitado intercâmbio erótico. Dentro do banheiro, a fumaça dos cigarros e a luz mortiça deixam entrever uns trinta homens, num clima de erotismo macabro que o fedor de urina velha só acentua. Aí, abrindo caminho por entre machos que gemem e suspiram em vários tons, a bicha debutante depara-se finalmente com a reveladora frase escrita, em caracteres enormes, na parede de uma privada em ruínas: *O Cinema Íris também é Brasil*.<sup>13</sup>

Independentemente da conotação que se dê ao fato ou do que pensam os mais conservadores, a existência do cinema Íris (e territórios correlatos) é parte da vida brasileira. Ao realizar as pesquisas e escrever este livro, minha intenção foi exatamente essa: ajudar a recompor um território tantas vezes camuflado (quando não apagado) da vida e cultura brasileiras. Se com isso quero responder aos guardiães da “moral nacional” e a certos profetas de uma apressada escatologia homofóbica, também desejaria que a complexidade da investigação dispensasse antecipadamente as rotulações às vezes até bem-intencionadas, que possam reduzir esta obra a mais uma peça folclórica exposta no jardim zoológico da indústria cultural — coisa muito comum neste país, sempre que o tema em pauta é a vivência homoerótica. Para aqueles que venenosamente costumam tachar de “militante” (o que quer dizer: tendenciosa e unilateral) qualquer abordagem não-risível do referido tema, adianto que deparei com o estigma já desde as minhas tentativas em buscar financiamento para as pesquisas, que acabei realizando (durante muitos anos) com a ajuda de amigos e por minha própria conta, depois de pelo menos duas entidades especializadas me responderem negativamente, uma sob alegação de financiar apenas pesquisas ligadas à mulher e a outra, pesquisas ligadas à universidade. A força do estigma não arrefeceu, apesar de ter se passado mais de uma década desde a primeira edição. Durante anos, tentei em vão reeditar este livro — que pareceria editorialmente apetecível, considerando a rapidez com que as duas primeiras edições se esgotaram. Misteriosamente, no entanto, minhas reiteradas propostas a várias editoras, pequenas e grandes, resultavam em negativas gentis e argumentos plausíveis: “não é nossa linha editorial”; “livro volumoso demais para nossas edições”; “não temos política de lançar segundas edições” etc. Quando, logo depois, esta última editora passou a fazer sistemáticos relançamentos, tive cer-

teza do caráter falacioso de tais argumentos, que escamoteavam os verdadeiros motivos. O leitor talvez possa adivinhar quais são eles através da explicação que me foi dada por um editor menos sutil, em 1993, para justificar sua recusa em relançar meu romance *Em nome do desejo*: “Não publico pornografia *depassé*.” Não por coincidência, a temática desse romance também é o homoerotismo — vivido na história de amor entre dois rapazinhos, num seminário para padres. Quanto ao *depassé*, suponho estar relacionado com a existência da Aids, que supostamente teria tornado toda prática homossexual ultrapassada — e mais indesejável do que nunca. Claro que tal opinião não é novidade, relativamente à minha obra, que muitas vezes tem abordado a homossexualidade, em ficção ou não: já perdi a conta de todas as recusas que recebi, apontando para uma estigmatização às vezes mais, às vezes menos explícita. Como participei ativamente do movimento pelos direitos homossexuais no país, passei a merecer a suspeita (ou franca acusação) de “fazer proselitismo homossexual”, um surrado argumento repetido por reacionários de todas as tendências, sempre que se deixa de mostrar homossexuais morrendo de infelicidade. Não sei se o argumento está impregnado de má fé ou de conveniente ignorância, mas a verdade é que a abordagem sobre minha obra freqüentemente tem minimizado o aspecto literário para se concentrar em julgamento moral. Na mais sombria das hipóteses, o que eu faço é uma contrapropaganda defensiva, em busca da sobrevivência psicológica. Suponho não ser necessário muito esforço para entender o que quero dizer com isso. Veja-se como nossas reportagens televisivas de carnaval privilegiam os corpos femininos *seminus*, em cima dos carros alegóricos. Nos anúncios, mulheres gostosas e *seminuas* são convocadas para vender desde calcinhas até apartamentos, ostentando um tipo de beleza pasteurizada, a partir da imposição de um determinado gosto masculino sobre o resto da sociedade. Basta ligar a TV e plim-plim: lá está um corriqueiro anúncio de guaraná. Um carrão estaciona, enquanto o locutor diz: “Brasileiro gosta de carro.” Um mulherão põe as pernas para fora do carro; a câmera vai subindo sobre seu corpo até mostrar uma loiraça sorridente, enquanto o locutor continua: “Brasileiro gosta de mulher”; da outra porta do carro sai o jogador Ronaldinho, e o locutor prossegue: “Brasileiro gosta de futebol”; Ronaldinho e a namorada abraçam-se e em seguida estão bebendo um guaraná; locutor: “Brasileiro gosta de guaraná X”; Ronaldinho levanta a lata de guaraná e diz para a câmera: “Vai dizer que não gosta!?!...” Ao que a namorada, igualmente beben-

do guaraná, afirma enfaticamente: “Gosta!” Baseado no pressuposto daquilo que brasileiro gosta, há todo um estilo de vida que se está vendendo junto com o guaraná. Na esteira patriótica da Copa do Mundo de Futebol de 1998, a publicidade criou verdades e deduções: se não andar de carro, não curtir futebol e não gostar de mulher... não é brasileiro; em nome disso, impinge-se um produto comercial. E não me venham dizer que se está utilizando o ponto de vista majoritário. Se se partisse de uma idéia de normalidade heterossexual imposta com base na maioria estatística, então a publicidade deveria seguir o gosto das mulheres, que são a maioria populacional no mundo todo — e, nesse caso, os anúncios deveriam estar cheios de homens pelados, sem sequer ferir a determinante hegemônica (quer dizer, heterossexual) da sociedade. Na verdade, trata-se de uma idéia imposta a partir do ponto de vista heterossexual dominante, quer dizer, o masculino. Tal exemplo, citado como paradigma de milhares de outros, evidencia a existência de uma distorção tornada sistema que realiza, em todos os lugares e horas, uma propaganda implacável do casal heterossexual como cabeça da família, tornada base da sociedade. Não se trata de paranóia (já que a realidade pode ser muito mais paranóica do que nossas mentes), mas de uma armação ainda mais eficaz porque se articula quase informalmente, como uma rede sem comando central. Nem por isso meu propósito aqui seria substituir os heróis convencionais por gueis (sou alérgico a heróis) ou “puxar a sardinha para a minha brasa”. Como já sugeri, pretendo com este livro realizar um trabalho de desconstrução para tentar mostrar que no Brasil a sardinha sempre foi puxada para a brasa daqueles que tentam construir padrões de sexualidade baseados na padronização dos gêneros masculino e feminino (fenômenos culturais) vendidos como “naturais”. Então, prefiro lembrar o velho Oscar Wilde, para quem “o natural é uma pose difícil de ser mantida”.<sup>14</sup>

Nos capítulos que se seguem, os leitores compreenderão perfeitamente por que essa minha discussão da questão já se inscreve no quadro da própria questão aqui abordada. O que não deixa de ser surpreendente é que estarei relatando muitos fatos repressivos ocorridos no século XX, arrogantemente cioso da sua liberalidade. Entre nós, apesar de todas as discussões amplas e públicas sobre a homossexualidade, provocadas sobretudo pela eclosão da Aids, continua valendo acima de tudo o arcaico “faça mas não diga”, genuinamente verde-amarelo-azul-e-branco. Quando, nos idos de 1970, o então professor universitário Fernando Henrique Cardoso comprava o jornal *Lampião* na Livraria Kairós,

em São Paulo, e mandava embrulhar, isso mostra sem dúvida que ele era um dos poucos intelectuais de esquerda tentando estar antenado com seu tempo; mas também evidencia como não era de bom-tom, sequer a um intelectual antenado, sair por aí exibindo um jornal que a mídia chamava de “porta-voz dos homossexuais”. Esse poderia ser um dos muitos exemplos, em qualquer época, dos matizados recursos através dos quais nós, brasileiros, realizamos quotidianamente — em casa, no trânsito, no trabalho, na política e na cama — aquela vocação histórica para dissimular, evitando o confronto com fatos incômodos e desagradáveis, porque senão “o povo vai falar”. Tal circunstância foi tão bem expressa num refrão musical tornado popular por Ney Matogrosso que ele poderia fazer parte do nosso hino nacional: “O que a gente faz... é por debaixo do pano, pra ninguém saber.” O mais visível efeito colateral da tendência brasileira à dissimulação ou conciliação (muito confundida com cordialidade) é que se perdem os referenciais, detendo-se no mais fácil, como expediente para se desviar do mais grave. Assim ocorreu quando o então presidente da República Itamar Franco foi fotografado, num camarote do Sambódromo carioca, em companhia de uma modelo sem calcinhas, no carnaval de 1995. Isso forneceu matéria para tudo, desde o mais puro sensacionalismo até a indignação nacional. No entanto, passou em brancas nuvens o fato de que o presidente ocupava o camarote de um bicheiro, considerado fora-da-lei e buscado pela justiça.<sup>15</sup> O falatório serviu apenas como cortina de fumaça para ocultar o mais importante.

No contexto deste livro, eu e leitores/as estaremos deparando com o enigma de duas identidades: a de homossexual e a de brasileiro. Supondo, por questão de método, ser *a priori* possível falar em “identidade”, vamos defrontar com duas questões incômodas mas inevitáveis e, no caso, complementares. Pode-se, sem incorrer em equívocos, falar de uma *identidade homossexual*? Haveria alguma coisa definitiva que pudesse ser chamada de *caráter brasileiro*? Nos dois casos, trata-se de questões complexas tanto em sua formulação quanto em suas implicações colaterais.

## NOTAS

1. Cf. *Il Sogno Del Centauro*, de Pier Paolo Pasolini, Riuniti, Roma, 1983, p. 160. (Publicado no Brasil como *As últimas palavras do herege*, Brasiliense, São Paulo, 1983.)
2. De fato, constam de sua agenda comum temas como a luta contra a legalização do aborto, oposição à permissão legal da troca de sexo no país, volta da censura, especialmente à TV, impedimento de mudanças constitucionais garantindo direitos aos cidadãos homossexuais etc. Como bem sintetiza um deputado estadual paulista da renovação carismática católica, “somos contra o que nos atinge moralmente”. Cf. artigo “Católicos articulam bloco no Congresso”, de Denise Madueño, em *Folha de S. Paulo*, 23 de outubro de 1995, p. I-10.
3. Cf. “Pastor usa enxada para ‘curar’ gays”, de Xico Sá, em *Folha de S. Paulo*, 7 de julho de 1995; e “Opção arrependida”, de Francisco Alves Filho, em *IstoÉ* n° 1357, 4 de outubro de 1995, p. 59.
4. Cf. “Painel”, em *Folha de S. Paulo*, 21 de novembro de 1986, p. A-4.
5. Cf. artigo “Operários na cama”, de Joaquim de Carvalho e Andréa Barros, em *Veja*, 1° de maio de 1996, pp. 90-92.
6. Cf. *Veja*, artigo citado, p. 91.
7. Cf. “O relatório *Folha* da sexualidade brasileira”, em caderno “Mais!”, *Folha de S. Paulo*, 18 de janeiro de 1998, pp. 4-11.
8. Cf. “Lesbian chic”, de Otavio Frias Filho, em *Folha de S. Paulo*, 5 de outubro de 1995, p. 1-2.
9. Por exemplo, a revista inglesa de linha conservadora *The Economist* defendeu vivamente o casamento entre homossexuais num artigo de capa, em sua edição de 6 de janeiro de 1996. Cf. “*The Economist* apóia casamento homo”, em *O Globo*, 13 de janeiro de 1996, caderno “Ela”, p. 6.
10. Cf. “Aids: não há como remediar. Só prevenir”, em *O Estado de S. Paulo*, 28 de julho de 1985, p. 22.
11. *O Estado de S. Paulo*, artigo citado, 28 de julho de 1985.
12. Cf. *El Amor en Occidente*, de Jacques Solé, Argos, Barcelona, 1977, pp. 131-132.
13. Cf. *Memórias da guerra*, de Aguinaldo Silva, Record, Rio de Janeiro, 1986, p. 13.
14. *Apud Against Interpretation and Other Essays*, de Susan Sontag, A Delta Book, Nova York, 1966, p. 282.
15. Cf. os termos dessa discussão no artigo “Fábula sexual em três atos”, de Michael Kepp, em *Folha de S. Paulo*, caderno “Mais!”, 23 de julho de 1995, p. 3.

## CAPÍTULO 2

Ser ou não-ser homossexual

Este livro não pretende discutir as “causas” da homossexualidade. Tal questão — que historicamente tem obcecado cientistas, psicólogos e juristas — parece-me dispensável e equivocada. Quando perguntado a respeito, Jean Genet respondeu que buscar a origem da homossexualidade lhe parecia tão irrelevante quanto tentar saber por que seus olhos eram verdes.<sup>1</sup> As situações serão aqui abordadas a partir da homossexualidade enquanto fato consumado, sem precisar de justificção causal. Em outras palavras, pretendo me ater antes de tudo às vivências pessoais como dados inegáveis da realidade. Mas não posso me esquivar do fato de que, a partir da década de 1990, a ciência veio estudando, com redobrada energia, a origem da homossexualidade. Alguns novos estudos biogenéticos vieram reacender a velha teoria da homossexualidade congênita, que agora seria herdada por uma diferença cromossômica. Alguns cientistas bioquímicos e neurobiólogos americanos teriam constatado, num grupo de homens homossexuais, a existência de uma versão diferenciada do cromossomo X masculino, que possuiria uma região especial, batizada de Xq28, responsável pela tendência homossexual. Ser homossexual seria, portanto, uma marca genética imutável, tal como ser canhoto ou ter olhos e cabelos de determinada cor.<sup>2</sup> Além de não ter sido confirmada em experiências posteriores, a existência do “gene guei” levanta algumas dúvidas óbvias. Aceitando-se tal pressuposto, a prática bissexual seria impossível, pois a pessoa estaria geneticamente determinada a ser apenas homo ou heterossexual. E como explicar que, no decorrer de séculos, milhares de homossexuais não assumidos tenham conseguido ludibriar sua “vocação” genética para viver marital e socialmente como heterossexuais, até o ponto de nem serem percebidos?

Na mesma esteira geneticista, um estudo recente chegou a “descobrir” uma ligação entre homossexualidade e impressões digitais: em comparação com os heterossexuais, os homossexuais teriam 30% mais estrias na mão esquerda. Tal interesse científico ganha contornos de morbidez se considerarmos que até mesmo as moscas têm sido geneticamente “induzidas” ao comportamento homossexual. De fato, um estudo constatou que o apetite homossexual se acentuou em moscas machos sempre que faltou no seu cérebro o neurotransmissor serotonina — o mesmo que, no ser humano, está relacionado com a depressão e o comportamento violento.<sup>3</sup> Em 1995, uma veterinária brasileira apresentou outro estudo concluindo que grávidas ansiosas geravam filhos menos viris, podendo o estresse materno provocar a homossexualidade nos bebês. A pesquisadora injetou em ratos uma droga que produzia ansiedade e notou que eles demoravam mais para acasalar e ejacular do que os ratos não injetados. Graças a esse “prejuízo hormonal e bioquímico de masculinização”, ela sugeriu que existe uma “base neural” para o comportamento homossexual.<sup>4</sup> Verifique-se como, reiteradamente, a homossexualidade resulta associada a aspectos patológicos, sejam eles falhas químicas (porque faltou uma substância) ou comportamentais (como a depressão, a agressividade e o estresse). O desperdício de tanta energia em experimentos que levam a conclusões tão irrelevantes só pode ser explicado pelos parâmetros de um preconceito secularmente arraigado nos cientistas.

A busca do “cromossomo guei” insere-se, de certo modo, no bojo de um refluxo ideológico como reação ao libertarismo contracultural da década de 1960 — segundo o qual, tudo seria culturalmente determinado (“não há orgasmo sem ideologia”, dizia-se então, na esteira do teórico francês Michel Foucault).<sup>5</sup> No mesmo quadro revisionista dos anos 90, incluíam-se propostas científicas sobre a inferioridade intelectual das mulheres e o QI mais baixo dos negros. Tais idéias remetem assustadoramente às teses de cunho positivista/fascista da psiquiatria do começo do século XX sobre a determinação genética dos delinquentes, a partir da qual seria possível “reconhecer” criminosos até por seus traços faciais. O que mais inquieta na hipótese geneticista não é um novo tipo de discriminação veiculado. Mais graves são os motivos que levam a buscar teorias de origem. Como não existe ciência neutra, todo projeto científico se estabelece a partir de determinado ponto de vista subjetivo, envolvendo idiosincrasias do cientista e do seu meio. Quer dizer, já ao eleger o que será examinado, entram em jogo os dados culturais de quem propõe tal exame por-

que algo lhe parece estranho e subjetivamente passível de exame. O próprio gesto investigativo cai sob suspeita por implicar um julgamento valorativo: quando se *questiona* a origem de algo diferente, fica sugerida a idéia de um desvio da normalidade. Assim, não é por acaso que, entre as múltiplas vertentes da sexualidade, as teorias geneticistas escolheram enfocar a homossexualidade. Para o estudioso Andrew Sullivan, isso se deve ao ponto de vista heterossexual dominante, que estabelece os termos do debate, colocando-se como referencial.<sup>6</sup> Ora, se um determinado tipo de desejo depende de um gene, é óbvio que outros tipos dependerão de genes diversos, o que significa admitir a vocação genética do desejo em si. Nesse caso, por que não se pensou em investigar as raízes genéticas da atração pelo sexo oposto? Se é útil buscar, por exemplo, as origens cromossômicas do prazer sadomasoquista, conviria fazê-lo igualmente em relação ao sexo papai-mamãe — caso contrário já se estará predeterminando que uma situação deve ser investigada porque *se desvia dos parâmetros normais*. Portanto, buscaram-se as origens genéticas da homossexualidade por considerá-la no mínimo um fato de exceção, como bicho de zoológico, ou próximo à anomalia, como um rato induzido em laboratório.

Mas entre os próprios homossexuais existem posições pró-“vocação” genética da homossexualidade. Julgando que assim ficaria definitivamente afastada a possibilidade de se condenar algo que é tendência natural e não escolha, estudiosos assumidamente gueis acham bem-vinda a tese da homossexualidade cromossomicamente determinada. Essa tentativa, nada nova, esconde um equívoco. Na segunda metade do século XIX, foi um militante “uranista” (como se chamava então o homem que praticava sexo com homem) quem criou o termo “homossexualismo” — visando a legitimar biologicamente a “vocação” homossexual e isentar de culpa os seus “vacionados”. De fato, isso deu início a uma importante mudança de postura da ciência, que passou da condenação à curiosidade científica perante uma anomalia, digamos, moralmente neutra. As descobertas da psicanálise impulsionaram e sedimentaram tal processo. Mas, como se trata de uma faca de dois gumes, a contrapartida deve ser lembrada para evidenciar a ingenuidade da proposta inicial, pois a situação se tornou *rosea* apenas negativamente. Partindo do pressuposto eugênico de que os homossexuais eram anormais incuráveis, como os loucos e aleijados, o nazismo estigmatizou-os com o triângulo *rosa* e determinou sua eliminação como corolário obrigatório para a boa saúde da sociedade.<sup>7</sup> Tal postura corresponderia, no estado

tecnológico atual, à possibilidade de identificar bebês homossexuais ainda em embrião para abortá-los — imitando prática comum na Índia de interromper a gravidez quando se trata de feto feminino. Pior: há também a hipótese assustadora de utilizar a manipulação genética para evitar antecipadamente que bebês apresentem “desvios” de sexualidade. Numa pesquisa sobre eugenia realizada na Grã-Bretanha pelo Instituto Gallup, 10% dos entrevistados (um dos maiores percentuais no total) aceitavam a manipulação genética *para mudar traços homossexuais*. Tal resultado, de 1994, é particularmente significativo porque duplicou o resultado de pesquisa semelhante realizada no ano anterior.<sup>8</sup>

Como não há um consenso sequer entre os cientistas, por enquanto a proposta de determinação genética restringe-se ao campo da mera especulação. No extremo oposto, também a abordagem culturalista apresenta fendas, quando privilegia a idéia de uma “opção sexual”. Alguém escolhe seu próprio desejo? Talvez periféricamente, mas não até o ponto de determinar se sentirá atração definitiva pelo sexo oposto ou pelo mesmo sexo. Assim, não creio que 99% das pessoas que se sentem como homossexuais poderiam dizer que fizeram uma opção. Ao contrário, sentiram-se levadas por uma tendência interior. Eventualmente, elas tiveram sim que assumir sua homossexualidade no nível social, mas o rumo para onde apontava o seu desejo — alguém do mesmo sexo — já estava forçando essa escolha. Ou seja, tais pessoas fazem opção de ser *socialmente* homossexuais, não de *desejarem* homossexualmente. Então, será que algo dentro delas as levou a tal escolha sem pedir sua opinião? Para os psicanalistas, esse *algo* é o inconsciente. Mas, ainda assim, seria o inconsciente resultante de categorias exclusivamente culturais, mesmo quando influam de modo não totalmente consciente? Creio que não. O inconsciente trabalha com elementos de uma química misteriosa, que articula as tendências de um indivíduo por “mistério” de composições complexas com bases hormonais, metabólicas e transpessoais, nas quais os dados culturais, educacionais e psicológicos podem sim interferir, modificando-as. No caso do desejo, investigar origens parece-me supérfluo, quando se busca apenas uma categorização. Seria preferível falar em “inefabilidade”. Oriente-se o desejo para que lado for, haverá sempre um mistério em sua raiz. É diante do mistério é possível qualquer outra postura além da aceitação? Do mesmo modo, a homossexualidade pressupõe a aceitação do mistério das suas razões como um componente a mais da realidade. Aceitar seu “mistério” faz parte do encontro inevitável com o princípio da realidade.

Se o desejo humano funciona com objetivos específicos (ainda que enigmáticos), é neles que se encontra sua fragilidade e sua força. Mesmo quando se pretende libertária, a especificidade do desejo pode resultar falsa sempre que sucumbir às imposições de poder ou se deixar plasmar pelas modas de cada época e cultura. Não é muito libertador adotar como *sex symbols* os atores e atrizes impostos pela incessante lavagem cerebral de Hollywood ou da mídia. Ainda assim releva-se o outro lado: a ânsia por especificidade potencializa o desejo para encontrar saídas imprevisíveis e até refratárias aos padrões impostos. Como vimos, sua constituição trabalha com componentes de uma química tão intrincada que chega a ser enigmática, quando não paradoxal: a própria “vocaçãõ” natural empurra à individualização libertária. Se as padronizações culturais da sexualidade muitas vezes reduzem o desejo a fôrmas não intercambiáveis, a natureza de cada indivíduo pode propor o contrário: um universo desejante quase ilimitado na sua inventividade. As sublimações e as chamadas “perversões” mostram como o desejo sempre encontra seus caminhos, mesmo contra a corrente. Andrew Sullivan lembra, a propósito, a capacidade singular dos homossexuais historicamente resistirem aos sistemas de poder que os controlam, subvertendo para tanto as próprias convenções controladoras. Nessa subversão cultural se inscrevem o deboche, a desmunhecação, a ironia e o riso, florescendo num descaso pelas normas de gênero sexual (como o cultivo ao travestismo) e no uso distorcido da linguagem. Em resumo, não existem objetos sexuais determinados de modo *absoluto* pela natureza, nem mecanismos culturais que compartimentalizem de modo *insuperável* o desejo: este se inclina num movimento de polivalência pendular e mutabilidade básica dos indivíduos, para além das ideologias que procuram estabelecer padrões e normas sobre a natureza. Se conclusões mais modernas confirmam uma parcela de determinação natural no desejo, também é indiscutível que ele está sujeito a propensões culturais mutáveis no decorrer da história — inclusive a história de vida pessoal. Conforme o estágio atual das discussões e pesquisas, pode-se dizer que na orientação do desejo ocorre “quase sempre uma interação complexa entre natureza e cultura, entre predisposição e vontade”.<sup>9</sup>

O desejo homossexual partilha de uma extrema pluralidade libertária — mas também dos paradoxos da padronização cultural de cada período. Nesse exercício de corda-bamba, faz sentido perguntar se é adequado e funcional *definir* a homossexualidade, outorgando-lhe algo como um caráter definitivo e uma

natureza compartimentada. Ainda que seja possível falar de uma tendência natural, nem por isso estamos diante de uma *condição* (tal como as condições biologicamente determinadas de macho e fêmea), quer dizer, uma maneira inata de ser. Antes, trata-se de uma *circunstância* que tem determinações biológicas, ainda assim muito frágeis e mutantes. Nesse sentido, o “assumir-se” homossexual poderia acabar criando uma nova forma de categorizar o desejo, justamente por outorgar-lhe uma naturalidade absoluta, que arrisca inaugurar novos parâmetros de normalidade — exatamente como faz a ordem médico-psiquiátrica, ao pretender reprimir desejos considerados desviantes da “norma” heterossexual. As pesquisas e discussões sobre a bissexualidade básica do ser humano continuam apontando para um panorama ambíguo, de difícil organização conceitual. Portanto, criar conceitos fechados de homossexual (ou bissexual) acabaria servindo mais aos objetivos da normatização do que a uma real liberação da sexualidade, inclusive por incentivar diretamente a política do gueto, do separatismo e do racismo sexual, numa discriminação às avessas. A partir da década de 1980, tais objeções tornaram-se agudas, em certos setores universitários e do próprio movimento homossexual, provocando ferrenhos adversários do “assumir-se”. No Brasil, assim como em outros países, muitos ex-militantes mantiveram-se reticentes diante de uma definição de homossexual, qualquer que fosse. Sua atitude enriqueceu um debate importante, já que está em jogo o próprio direito das pessoas homossexuais gerirem pluralisticamente suas vidas, seu afeto e sua sexualidade. Como ainda não se chegou a nenhuma conclusão definitiva, a discussão tem continuado.

Na década de 1990, começou a preponderar a idéia da visibilidade, ou seja, a vantagem política de se mostrar socialmente assumido, quer dizer, dentro de uma definição clara de homossexual. Ainda assim, não se trata de uma posição unânime. Para o psicanalista Jurandir Freire Costa, as categorizações que criam identidades como heterossexual e homossexual não são universais, mas localizadas em determinado momento histórico e cultural.<sup>10</sup> A cultura precisa criar “artefatos de fixação de identidades”, que são esses predicados provisórios, indicativos de características pessoais e agregados ao eu. Daí porque é falacioso identificar o sujeito inteiro exclusivamente por um determinado modo de ser; ou seja, transformar em substantivo aquilo que de início era adjetivo qualificativo. A sociedade age assim, muitas vezes perversamente — o homem judeu tornou-se *o judeu*, a mulher negra tornou-se *a negra*, o rapaz adolescente

tornou-se *o adolescente* etc. Em oposição às pessoas “normais”, aquelas que transam com o mesmo sexo tornaram-se *os/as homossexuais*. Utilizar tais categorizações identitárias é assumir toda a carga negativa com que a ciência e a cultura vieram sobrecarregando-as, afirma Jurandir Freire. Para rechaçá-las, ele propõe substituir o termo homossexualismo por *homoerotismo*, que não está carregado de significantes pejorativos.<sup>11</sup> Do ponto de vista do significado, a vantagem do termo homoerotismo é indiscutível: ao contrário de homossexualismo, exclusivamente voltado para a prática sexual, sua abrangência pode abrigar uma gama bem ampla de comportamentos e tendências. Por isso, acredito que seja importante tentar introduzi-lo no vocabulário cotidiano. Ainda assim, as ponderações de Jurandir Freire Costa não me parecem totalmente convincentes, pelo simples motivo de que no dia-a-dia precisamos de um termo para nos referenciarmos. Por mais provisórios que possam ser, esses “artefatos identitários” instauram a possibilidade de comunicação, pois “não podemos vagar no universo ambiental como pedaços de tábua de um naufrágio”, nas palavras do próprio Jurandir. Por outro lado, qualquer descrição ou definição da atração sexual (ou meramente erótica) entre pessoas do mesmo sexo continuará se carregando de elementos pejorativos enquanto a sociedade mantiver a tendência de estigmatizar esse tipo de tendência. Daí porque me parece frágil qualquer substituição meramente lingüística. Afinal, cada tempo tem a sua maneira de nomear, interpretar e *identificar* o mundo.

Atualmente, a maneira mais generalizada de que dispomos para definir quem transa com o mesmo sexo é a categoria de “homossexual”, com todas as suas limitações. Por mais daninha que essa categorização possa ser, enquanto restritiva e negativa, trata-se de um instrumental lingüístico — assim como em outros tempos usavam-se também restritiva e negativamente “sodomita”, “somitigo”, “uranista”, “tribade” (para as mulheres) etc. Se as objeções à “construção de uma identidade guei” fazem sentido, também é verdade que não se pode negar uma denominação qualquer ao desejo, ainda que por mera questão de método. Recusar radicalmente o assumir-se me parece uma posição irrealista, porque a sociedade está toda baseada em definições — verdadeiras ou falsas, não importa, mas que são parte de um “jogo de linguagem possível”, como observa ainda Jurandir Freire. Pelo simples fato de existir o desejo entre pessoas do mesmo sexo, é necessário referir-se a ele sob algum tipo de denominação; caso contrário, no limite acabaríamos voltando aos tempos da sufocante e hipócrita

invisibilidade (“o amor que não ousa dizer seu nome”), que só reforçava os mecanismos repressivos. Aliás, não parece coincidência que — pelo menos no Brasil — esse posicionamento anti-identidade começou a grassar ao mesmo tempo que a realidade homossexual passou a atrair sobre si as iras de certas áreas mais conservadoras da sociedade, no período agudo de pânico da Aids. Além do mais, a discussão chegou a tornar-se bizantina, resvalando para preciosismos lingüísticos impraticáveis, quando inseridos no cotidiano e distanciados dos muros da universidade que os quis instaurar. Foi assim, por exemplo, a fórmula proposta para substituir o assumido “sou homossexual” por um reticente “estou homossexual”. Politicamente, trata-se de um retrocesso: já mencionei como a sociedade marca seus espaços hegemônicos com definições claras e definitivas. Por mais bem-intencionados que pudessem estar, aqueles teóricos esqueciam-se de que *ser* heterossexual constitui um estado social bem claro. Quando um homem se casa com uma mulher que muda até seu sobrenome, e ambos passam a usar uma aliança no dedo esquerdo e vão constituir família, é impossível socialmente dizer que “estão” heterossexuais — a sociedade exige provas concretas e quotidianas desse compromisso de ser. E todas as práticas sexuais se estabelecem em referência ao estado heterossexual hegemônico. Por isso, a situação dos assim chamados bissexuais enredou-se em inevitáveis complicações quando eclodiu um vírus como o HIV, que de início passava por uma definição socioepidemiológica muito estrita, “revelando” a vida dupla de tantos pais de família que *eram* heterossexuais, mas *estavam* homossexuais nas suas escapadelas para encontros gueis clandestinos. Deve-se acrescentar que a intelectualizada (e não de todo desprezível) postura de “estar homossexual” acabou indiretamente compactuando com a moda guei-macho ou bicha *barbie*, através da qual homens homossexuais passaram a procurar mais do que nunca viver dentro dos padrões sociais de normalidade, enfatizando de modo deliberado sua constituição viril e evitando até agressivamente a proximidade de estereótipos efeminados, num alarmante culto à misoginia. Nesse mesmo esforço de superação semântica da identidade do desvio, buscou-se também introduzir a curiosa categoria de “homoternurismo”, que caracterizaria uma aproximação de amizade enterneçada, mas longe do homossexualismo (e, no caso, a definição parecia restringir-se ao sexo masculino).<sup>12</sup> Ora, chega a parecer obsessivo (para não dizer, fóbico) demarcar fronteiras entre o que os homens fazem terna ou eroticamente entre si, considerando que a emoção humana é algo por natureza

fluido. Com que parâmetros se erigiria a delimitação? Que termômetro impossível conseguiria avaliar se um carinho entre dois homens estaria sendo apenas terno ou já erótico? Afinal, trata-se de uma vã tentativa, que equivaleria a cancelar o velho e sempre incômodo Freud, para quem as expressões de sexualidade são tão mais intensas quanto mais utilizam os canais que tentam negá-la. Segundo o psicanalista Renato Mezan, não se pode impunemente separar ternura e sexualidade, porque ambas têm a mesma raiz na sedução. A diferença entre uma e outra depende apenas do grau maior ou menor de sublimação — conceito que, no limite, remete à idéia de recalque.<sup>13</sup> E eu me pergunto quantas vezes o recalque não se configura como prosaico enrustimento, no caso da homossexualidade. Aliás, é tal a sedução exercida pela categoria “bicha”, no âmbito cultural, que nem a reafirmação moderna de caquéticos mecanismos de controle impediram a mídia de descobrir definitivamente (e se refestelar com) a homossexualidade. Ou seja, não é uma deliberada volta ao armário que livrará homossexuais da manipulação, especialmente depois de tudo o que a Aids fez eclodir. Se a ambigüidade do desejo é fundamental, ela com certeza vai sendo bombardeada e remodelada por múltiplos parâmetros sociais — sobre os quais vamos estar nos detendo adiante.

Ao me referir à identidade guei, já por força dos objetivos deste livro, estou ciente do terreno escorregadio. Em todo caso, parece-me absurdo abolir qualquer referência à identidade, conforme prescrições da escola ligada às teorias da sexualidade de Michel Foucault, muito em voga na década de 1980. É verdade que a reflexão ainda não amadureceu os termos do problema, oscilando mais do que nunca entre o culturalismo radical e o determinismo biológico. Mas nem por isso pretendo cair no equívoco populista de consagrar aqui a bipolarização *bicha/bofe*, tal como presente no cotidiano brasileiro, perpetuando o estereótipo do homossexual exclusivamente “passivo” e, por extensão, do homem efeminado (o mesmo raciocínio tem equivalente na mulher homossexual, tomada sempre como “ativa” e sinônimo de *sapatona*). Recuso, igualmente, as diferenciações pseudocientíficas (muito em voga nos meios de comunicação) entre “homossexual” e “bissexual” como dois *grupos estanques*. Aliás, o aparecimento da Aids veio forçosamente romper essas classificações. Desnor-teada sobre onde exatamente detectar o estigmatizante vírus e acostumada a tudo compartimentalizar, a mídia inaugurou até mesmo a curiosa categoria de “heterossexual promíscuo”, eufemismo para se referir àquele em cuja rede se-

xual tudo o que cair é peixe — sem abrir mão, no nível social, de sua “condição de macho”. Só para aturdir os que, em se tratando do comportamento humano, são fanáticos da régua e do compasso, poderia se colocar uma questão: o chamado “bissexual” seria um heterossexual que transa com homem ou um homossexual que transa com mulher? Assim também, se “heterossexual promíscuo” é aquele que, nas horas vagas, transa com homem, que tal criar a categoria “homossexual promíscuo” para se referir àquele que de vez em quando transa com mulheres, só para confirmar a regra? Razão tem o vírus HIV, que é sábio porque cândido e, com certeza, não está sob as ordens dos moralistas, para denunciar quem é e quem não é.

Ao invés de penetrar na selva das categorizações bizantinas e estéreis, prefiro considerar como homossexuais ou homoeróticas mais as *relações* (ainda quando isoladas) do que as *pessoas* isoladamente. Há aí um esforço em adjetivar as variantes do desejo, procurando amainar as categorizações substantivas. Ainda assim, esse será um adjetivo a mais num conjunto inevitável de qualificativos, que definirá alguém como homossexual além de brasileiro ou inglês, nordestino ou gaúcho, jovem ou velho, alto ou baixo etc. Como acredito na extrema polivalência do desejo, neste livro trabalharei com a existência de *homossexualidades*, tantas são suas variantes. Parto da idéia de que, especialmente num país como o Brasil, seria bastante equivocado restringir a vivência homossexual (e sua diversificada expressão cultural) ao grupo que circula nos guetos urbanos onde as repressões sociais e a imaginação pudica meteram aqueles cidadãos e cidadãs assim apelidados de *entendidos*, *viados*, *bichas* ou *baitolas* — tanto quanto as *lésbicas* são *sapatonas*, *fanchonas* ou *pitombas*. Sem falar das vivências duplas, não se pode esquecer que existe numerosa população de vivência exclusivamente homossexual que não aceita e, muitas vezes, detesta confundir-se com o gueto guei ou, menos ainda, freqüentá-lo. Considere-se, além disso, que o epíteto altamente pejorativo de *viado* acabou descarregando o estigma sobre os ombros dos mais efeminados (a homossexualidade “visível”). Graças a esse fenômeno brasileiro (e latino), grande número de assim chamados “machões” ou “bofes” deste país consegue mascarar socialmente suas vivências homossexuais, sejam elas regulares ou esporádicas, freqüentando bichas que vão das menos pintosas até os travestis mais freneticamente femininos. Como já mencionamos, boa parte do pânico provocado pela Aids certamente tem a ver com suas possibilidades de *revelar*, trazendo os subterrâneos à

tona. E eu pergunto, diante das evidências: acaso não seriam homossexuais as relações eróticas comprováveis, durante o dia ou à noite, em grande parte dos nossos banheiros públicos (masculinos), onde os machos ostentam entre si ereções (e iniciativas libidinosas) tão fáceis e fartas quanto sua mesma capacidade em, fora dali, vangloriar-se das conquistas femininas? Quantos homens brasileiros, depois de cumprir (ou nos intervalos de) seus deveres “sociais” de casar e ter filhos, não se sentem mais “liberados” e partem para uma vida (homo)-erótica, porque menos bitolada, ainda que rigorosamente clandestina? Todas essas questões tornam, portanto, vãs e discutíveis as tentativas de adentrar o campo das definições estritas e das estatísticas. Nesse intrincado e enigmático território do desejo, como calcular adequadamente o número de pessoas homossexuais existentes no país, se já a própria definição do elemento pesquisado é espantosamente fluida? A Aids talvez tenha cumprido, além de outras numerosas funções, essa de borrar os enganosos limites entre o que é e o que não é atividade homossexual. Assim, numa reunião informativa sobre a doença, em São Paulo, um rapaz (naturalmente ansioso por se esquivar do estigma) declarou, a um repórter, estar ali por ter transado com um travesti; mas, dizendo-se heterossexual convicto, enfatizou ter sido ele o *ativo* na relação.<sup>14</sup> Essa última informação, no caso, faz sentido apenas como prestação de contas no âmbito social. Ativo ou passivo, casado ou solteiro, o que importa é que esse rapaz (como tantos outros) pode ter sido flagrado, pelo vigilante vírus, em meio a uma relação *homossexual*. Isso se torna ainda mais assustador num país como o Brasil, farto em atividades “extracurriculares” e onde “é por debaixo do pano/que a gente comete um engano/ sem ninguém saber”. Ora, no caso da Aids também “é por debaixo do pano/que a gente entra pelo cano/ sem ninguém ver...” — conforme a mesma canção popularizada por Ney Matogrosso.

Apesar das alarmantes estatísticas confirmando a disseminação da Aids nos mais diversos grupos sociais, o imaginário popular ainda relaciona essa doença (antiga “peste guei”) com a prática sexual entre homens e ao gueto homossexual, onde ela se desenvolveu, no eixo Europa/América do Norte/América Latina. Por isso, a Aids ainda é sentida como reveladora e, com isso, estigmatizante. Em certo sentido, um vírus inocente veio resolver num tapinha o crucial problema que estatísticos e pesquisadores sequer conseguiram equacionar; e mostrou que se trata de um falso problema, isso de definir quem é e quem não é. Afinal, menos do que uma “orientação sexual” determinada, para o vírus

importa o contato havido. Ao diluir aquele conceito demarcativo que uma sociedade perversa consagrou, a Aids veio indiretamente evidenciar que o desejo está ali onde ele mesmo preferiu estar, sem ater-se às contingências culturais, tornadas perfeitamente irrelevantes. Tentando justificar o fato de, em sua farmácia, recusar-se a dar injeções em homens efeminados, certo farmacêutico paulistano assim se justificava, numa pesquisa sobre Aids: “E se eu me contaminar? Lá em casa ninguém ia querer saber da história. Todo mundo ia achar que eu ‘virei a mão’.”<sup>15</sup> O que deixa a resposta reveladoramente ambígua é que esse homem não temia pegar o vírus da Aids mas, sim, *adoecer de homossexualidade*. De certa maneira, é lícito acreditar que nessa ambigüidade do pânico à doença revela-se a ambigüidade básica do desejo, quando se intui que *qualquer* um pode “virar a mão”. Assim, ainda hoje confundida com o estigma da homossexualidade, a doença da Aids tem revelado uma verdade bastante simples: somos todos vulneráveis ao desejo (homossexual ou não), porque potencialmente *capacitados* para adoecer do outro. (Na parte final deste livro, detenho-me mais sobre o assunto.)

Por uma questão prática, aqui se denominará “desejo homossexual” a uma gama muito diversificada de manifestações de amor entre pessoas do mesmo sexo, ainda quando essas manifestações não caibam na definição estrita de “homossexual” criada pelo discurso médico-científico e veiculada pela mídia, neste determinado momento histórico. Assim, por exemplo, só muito inadequadamente se chamará de “homossexuais” as manifestações de afeto e ao relacionamento erótico-sexual entre homens tal como ocorre em diversas tribos indígenas brasileiras, onde esses costumes obedecem a fatores inteiramente estranhos à cultura ocidental-urbana que cunhou a definição de homossexual e categorizou o sexo. Como não parecem existir outras alternativas no atual estágio das discussões, corro conscientemente o risco de ser impreciso. Quando colocado diante desse impasse *prático*, o mesmo Michel Foucault avesso à identidade respondeu: “É preciso *não ser* homossexual mas sim *buscar encarnadamente ser* guei. Interrogar-se sobre nossa relação com a homossexualidade é antes de tudo desejar um mundo onde essas relações sejam possíveis, mais do que simplesmente ter o desejo de uma relação sexual com alguém do mesmo sexo”<sup>16</sup> (*grifos meus*). Foucault referia-se a um estado de vir-a-ser e estar-em-mutação que me parece muito interessante justamente porque não afirma a homossexualidade como uma condição de santuário da normalidade, mas tam-

bém não deixa de instigar as nuances quotidianas do desejo, que podem continuar mudando indefinidamente, num espaço de manifestação labiríntica. A propósito, lembro que certa vez em Aracaju ouvi um termo curioso e muito perspicaz, usado pela população local para designar uma bicha: “duvidoso”. Homossexual é exatamente isso: duvidoso, instaurador de uma dúvida. Em outras palavras: algo que afirma uma incerteza, que abre espaço para a diferença e que se constitui em signo de contradição frente aos padrões de normalidade. Ou seja: trata-se do desejo enquanto devir e, portanto, como afirmação de uma identidade itinerante.

É no contexto desse vir-a-ser homossexual que eu gostaria de penetrar, ao falar do Brasil.

## NOTAS

1. Cf. entrevista de Jean Genet a Hubert Fichte, em *Gay Sunshine Interviews* (vol. I), organização de Winston Leyland, Gay Sunshine Press, São Francisco, 1978, p. 92.
2. Cf. “Já se nasce gay?”, de William A. Henry III, em *Manchete*, 31 de julho de 1993, p. 22; “Saiba tudo sobre o suposto gene gay”, de Steve Connor e Tom Wilkie, em *Folha de S. Paulo*, 25 de julho de 1993; “Ser hetero ou homossexual é uma coisa que está em nós mesmos”, de David Starkey, em *Jornal da Tarde* (São Paulo), 16 de dezembro de 1995; “Biologia e psicologia disputam explicação do homossexualismo”, em *Folha de S. Paulo*, 20 de outubro de 1996, p. 5-14.
3. Cf. artigo “Asinhas de fora”, em *Veja*, 14 de junho de 1995, p. 93.
4. Cf. “Gestante ansiosa tem filho menos viril”, de Fernando Rossetti, em *Folha de S. Paulo*, 14 de julho de 1995, p. 1-9.
5. *Apud Praticamente normal (Uma discussão sobre o homossexualismo)*, de Andrew Sullivan, Companhia das Letras, São Paulo, 1996, p. 61.
6. Cf. Sullivan, obra citada, p. 62.
7. Para maiores detalhes, tanto sobre a criação do termo “homossexualismo” quanto as perseguições nazistas aos homossexuais, consultar *The Early Homosexual Rights Movement (1864-1935)*, de John Lauritsen e David Thorstad, Times Change Press, Nova York, 1974.
8. Cf. “Dobra número de pessoas que aceitam eugenia no Reino Unido”, em *Folha de S. Paulo*, 23 de outubro de 1995, p. 1-12.
9. Cf. Sullivan, obra citada, pp. 63-67.
10. Cf. o artigo “A construção cultural da diferença dos sexos”, de Jurandir Freire Costa, no boletim *Sexualidade (Gênero e Sociedade)*, Rio de Janeiro, junho de 1995, pp. 1-6.
11. Cf. também *A inocência e o vício (Estudos sobre o homoerotismo)*, de Jurandir Freire Costa, Relume Dumará, Rio de Janeiro, 1992, p. 21-29.
12. Cf. “Homem gosta é de homem?”, de Mário Prata, em *O Estado de S. Paulo*, 31 de maio de 1995, p. D-4. Ver também “Homoternurismo (Uma palavra que não tem no Aurélio)”, introdução à peça *Besame Mucho*, de Mário Prata, L&PM Editores, Porto Alegre, 1987, p. 9.
13. Cf. *A sombra de Don Juan e outros ensaios*, de Renato Mezan, Brasiliense, São Paulo, 1993, pp. 29-32.
14. Cf. “Desinformação sobre Aids muda hábitos do paulistano”, em *Folha de S. Paulo*, 4 de agosto de 1985, p. 33.
15. Cf. *Folha de S. Paulo*, 4 de agosto de 1985, artigo citado.
16. Cf. “Entretien avec Michel Foucault”, em revista *Masques (Revue des Homosexualités)*, Paris, primavera de 1982, p. 24.

## CAPÍTULO 3

## Ser ou não-ser brasileiro

“O sociólogo que quiser compreender o Brasil não raro precisa transformar-se em poeta”, escreveu o antropólogo francês Roger Bastide. “Ele não sabe mais que sistema de conceitos utilizar”, continua. “Todas as noções que aprendeu nos países europeus ou norte-americanos não valem aqui. O antigo mistura-se com o novo. As épocas históricas emaranham-se umas às outras. Os próprios termos como ‘classe social’ ou ‘dialética histórica’ não têm o mesmo significado, não recobrem as mesmas realidades concretas. Seria necessário (...) descobrir noções de certo modo líquidas, (...) que se modelariam conforme uma realidade viva, em perpétua transformação.”<sup>1</sup> Essa mesma perplexidade diante do Brasil ocorre quando se pergunta: o que é ser brasileiro?

De saída, a questão de uma identidade brasileira ou caráter nacional pode esbarrar no indisfarçável impulso nacionalista que a inspira. E isso merece ser, no mínimo, ressaltado. A era pós-comunista acionou uma séria reafirmação do nacionalismo como referencial ideológico, que tem conduzido à perseguição de estrangeiros e a guerras étnicas cruéis, em várias partes. Na América Latina e países periféricos, por sua vez, o nacionalismo mantém-se quase como uma doença endêmica — um gesto de defesa daqueles que não podem contar com quase nada além da auto-afirmação. A proposta nacionalista, que funciona como um barril de pólvora não controlável, resulta de uma conceituação arbitrária, na medida em que elimina os indivíduos, as classes, os grupos marginalizados e suas diferenças, para uni-los debaixo de uma representação abstrata chamada “povo”, que é imposta, como uma fatalidade massificante, sobre cada cidadão. O paradoxo fica ainda mais evidente em se

tratando de nações com um passado tão recente, entre elas o Brasil. Como falar impunemente de *identidade nacional* num país que, em relação ao mundo eurocêntrico, existe há 500 anos e só nasceu, enquanto entidade política autônoma, há menos de 200 anos?

Desde a Idade Média, bem antes portanto de ser uma nação geograficamente definida, o nome Brasil já designava uma ilha fantasiosa que no imaginário europeu era uma das tantas representações do paraíso terrestre. Também conhecida como “Ínsula Deliciosa”, a ilha Brasil aparecia, nos primeiros mapas, em torno da costa da Irlanda, e foi freneticamente buscada pelos navegadores ingleses do período. Aliás, até hoje existe no folclore irlandês a lenda de uma ilha fantasma chamada “Hy Brasil” ou “O’Brasil”, que reapareceria em diferentes pontos do mar a cada sete anos. Daí, ela foi descendo pelo oceano Atlântico até que, no último mapa conhecido que a registrou, localizou-se junto ao arquipélago dos Açores.<sup>2</sup> Essa sina insular do Brasil parece ter se confirmado no imaginário dos navegantes portugueses, que em princípio o descobriram a partir de um equívoco de rota a caminho das Índias e sintomaticamente pensaram tratar-se de uma ilha, batizada então de Vera Cruz. O sonho do Brasil como paraíso continuou fecundando a fantasia européia, indo articular-se de maneira radical na teoria do aventureiro e visionário Pedro de Rates Henequim, um lisboeta que viveu no século XVIII e morou por vinte anos em Minas Gerais, garimpando ouro. Auto-intitulado profeta, após seu regresso a Portugal, Henequim passou a divulgar a idéia de que o Jardim do Éden situava-se no Brasil, local onde Deus iniciara a criação, inclusive falando a língua portuguesa. Para Henequim, o fruto proibido não era a maçã e sim a banana, e os rios do paraíso chamavam-se São Francisco e Amazonas. Dizia também que Adão não passava de um índio brasileiro, fato corroborado por sua pele vermelha inscrita em seu próprio nome, já que a palavra “adom” significa “vermelho”, em língua hebraica. Henequim foi enforcado e seu corpo queimado pela Inquisição portuguesa, em 1744, acusado de uma heresia que tinha o Brasil como centro. É um final previsível, mas nem por isso menos marcante: trata-se talvez do primeiro mártir, numa longa lista, motivado por um equívoco histórico brasileiro.<sup>3</sup>

Depois de ancorar no continente, a “ilha” Brasil foi se alargando política e geograficamente, durante quatro séculos, até ocupar todo o lado atlântico da América do Sul e criar fronteiras muito amplas. Dentro dessas demarcações arbitrárias, definiu-se (não menos arbitrariamente) a presença de um *povo* nas-

cido de um embrião de prisioneiros e bandidos portugueses aqui deixados, que se amalgamou com indígenas dominados e, posteriormente, com negros africanos para cá trazidos como escravos. Esse “povo”, de incerta configuração, vive à procura de si mesmo, perdido no interior de enormes distâncias onde o idioma português tornou-se casualmente a língua-mãe — ou, quem sabe, madras-ta, quando se pensa que é quase uma intrusa em meio ao espanhol falado nos países circundantes. Foi só casualmente que o Brasil acabou falando o português — e não o francês de Villegaignon ou o holandês de Maurício de Nassau. Pensado pelos portugueses para ser um fugaz ponto de passagem, o Brasil tornou-se, para sua própria surpresa, uma nação: esta desmesurada e contraditória nação, quase um acidente histórico. Pode-se dizer que as contradições e mal-entendidos nos caracterizam desde a casual descoberta em 1500 e da desleixada colonização, a partir daí. Há várias versões históricas indicando que os navegantes portugueses aqui aportaram pela primeira vez acreditando estar próximos da Índia, cujas especiarias interessavam-lhes muito mais do que vagas terras desconhecidas. Quando o escrivão da armada, Pero Vaz de Caminha, comunicou a El-Rei de Portugal que se tinha descoberto uma terra “que, querendo aproveitá-la, tudo dará nela”<sup>4</sup>, não supunha que detrás daquelas fertilíssimas florestas litorâneas encontrava-se o vasto sertão nordestino, candidato a ser uma das mais áridas regiões do planeta e que, por força da monocultura do açúcar, viria a se tornar uma das regiões mais subdesenvolvidas do hemisfério ocidental, quase rivalizando com certos países africanos, em termos de fome. Enquanto isso, inundações submergem, cada vez mais e com incalculáveis prejuízos, os ricos estados do centro-sul do país, em parte graças ao desequilíbrio ambiental provocado pela omissão dos políticos e empresários.

Na seqüência desses acasos históricos, é muito significativa a circunstância de nossa independência ter sido proclamada pelo próprio herdeiro do trono português que, irritado contra o pai, retirou de suas roupas os laços com as cores portuguesas e gritou “Independência ou Morte!”, talvez sem se dar conta de que estava copiando o “Independence or death!” gritado pelo herói norte-americano Henry Patrick, no século anterior.<sup>5</sup> Os livros escolares evidentemente não contam que boa parte da irritação do príncipe resultava de uma diarreia que o acometera, obrigando-o a parar constantemente, durante a viagem que fazia do Rio de Janeiro a São Paulo.<sup>6</sup> A independência brasileira muito deveu à marinha inglesa, que ofereceu ao Brasil (não gratuitamente, claro) sua esqua-

dra para ajudá-lo a libertar-se do imperialismo português. A partir de 1822, quando da proclamação da nossa independência, o projeto de nação brasileira veio sendo trabalhado arduamente, visando a criar uma idéia de pátria que funcionasse como elo maior entre grupos sociais indefinidos e diversificados, para assim permitir que a elite dominante utilizasse em seu proveito a recém-proclamada nacionalidade. Depois disso, o conceito de nação continuou oscilando ao sabor dos ingleses, interessados em nosso potencial de consumo. A Inglaterra de então, horrorizada contra o bárbaro costume de trazer escravos da África (anteriormente incentivado por ela), chegou a invadir as águas brasileiras, em perseguição aos navios negreiros. Os brasileiros, que já tinham enviado todo seu ouro para os cofres ingleses, por intermédio de Portugal, agora eram incentivados a libertar seus escravos — porque a economia inglesa em expansão precisava aumentar suas exportações e, portanto, convinha-lhe que os cidadãos fossem suficientemente livres para adquirir seus produtos. Assim, por pressão da Inglaterra, realizamos um arremedo de abolição da escravatura, projeto até hoje incompleto. Mais tarde ainda, foi a vez dos Estados Unidos, cujo destino de primo-rico o Brasil cobiça, no papel de alter-ego subdesenvolvido. Em tempos de globalização, depois de Miami e Nova York, sucumbimos até ao hambúrguer. Com 296 lojas brasileiras, em meados dos anos 90, a rede americana McDonald's passou a servir como indicador econômico informal. Em 1998, a queda do preço no Brasil do seu sanduíche duplo (Big Mac) foi saudada com euforia por especialistas na área econômica, como sinal de que nossa economia está no caminho certo.<sup>7</sup> Ainda uma vez, o caminho (a identidade) determinava-se de fora.

Bombardeado por influências e interesses sem conta, esse país chamado Brasil deve sua fragilidade menos ao fato de ser uma colcha de retalhos do que a viver forjando uma identidade periclitante, com medo do seu medonho não-ser. Ele jamais se libertou do destino de ilha à deriva, enquanto país que nunca se encontrou a si mesmo. É sua sina insular prosseguir nestes quinhentos anos de história. De fato, o inconsciente coletivo brasileiro parece ter incorporado a expectativa européia de um paraíso distante, que nos marcou tão profundamente até o ponto de nos julgarmos o “país do futuro”, quer dizer, donos daquela mesma esperança milenarista de realizar-se como utopia, em função da qual o nosso presente adquire uma importância secundária. O sonho edênico europeu ancorou aqui mas nunca se realizou, transformando os habitantes do

Brasil em cidadãos que transformaram a expectativa de um futuro inalcançável em maneira de ser. Se acrescentarmos a isso as ondas de emigrados que aqui chegaram das mais diversas partes do mundo, igualmente em busca da salvação paradisíaca, teremos uma idéia aproximada do que é o “povo” brasileiro: um bando de desterrados que encontrou na palavra “saudades” a expressão máxima do sentimento de estar exilado em seu próprio país.

Num filme de Júlio Bressane, *O monstro caraíba* (1975), explicita-se magnificamente essa perplexidade do *homo brasiliensis*. Ao ser entrevistado, o personagem principal (um arqueólogo ironicamente chamado Brasil) responde: “Fui, sou e serei o caraíba” — ou seja, o *estrangeiro*, em língua tupi. O arqueólogo vai para uma ilha selvagem em busca de inscrições antigas a serem desvendadas mas, lá chegando, encontra cobras, sapos e lagartos de louça e uma onça empalhada, tudo no meio do mato real. Inevitavelmente estrangeiro para si mesmo, o Brasil teria sua identidade na imitação do *outro*, no artifício. Seu caráter nacional surgiria, inevitavelmente, como uma paródia da realidade estrangeira ou, em outras palavras, uma paródia das próprias pretensões ou promessas de ser-nacional, de modo que nem mesmo sua tão decantada natureza está imune ao perigo de tornar-se um imenso não-ser, como atestam os mega-incêndios que assolaram o estado de Roraima, entre 1997 e 1998.

Na verdade, conhecer o Brasil é mergulhar num enigma feito de superlativos. Ele possui a maior floresta tropical do mundo, a Amazônia. Do ponto de vista territorial, trata-se da quinta maior nação do planeta, com seus 8.547.000km<sup>2</sup> — área pouco menor que os Estados Unidos, mas 35 vezes maior que o Reino Unido e 15 vezes a da França. Nesse imenso território, que cobre quase metade de toda a área da América do Sul, vivem mais de 150 milhões de pessoas, perfazendo a quinta maior população nacional da Terra. A cidade de São Paulo, por sua vez, na década de 1990 já era a terceira maior megalópole, só atrás de Tóquio e Nova York. No cenário internacional, a economia do Brasil encontra-se entre as sete mais vigorosas. Enquanto isso, os superlativos brasileiros ocorrem também do ponto de vista das carências, com problemas quase insuperáveis. Temos, por exemplo, uma das mais altas dívidas externas do mundo. E, segundo relatório do Banco Mundial, conseguimos o primeiro lugar em termos de desigualdade social: 51,3% da renda nacional estão concentrados nas mãos de apenas 10% da população, enquanto os 20% mais pobres têm apenas 2,1% da renda total.<sup>8</sup> Em plena década de 1990, ainda havia trabalho es-

cravo em numerosos pontos do país, com “empregos” cujo salário eram as duas refeições diárias.<sup>9</sup> A rápida degradação das grandes cidades brasileiras colocou-as entre as campeãs mundiais de violência: em 1998, São Paulo chegou a contabilizar, num único mês, quase 25 assassinatos *por dia* e um carro roubado *a cada 4 minutos*.<sup>10</sup> Em educação, caminhamos lentamente demais: à beira do 3º milênio, o IBGE constatou que apenas 16,2% de toda a população têm o 2º grau escolar completo.<sup>11</sup> Segundo o mesmo IBGE, em 1995, 64% das crianças brasileiras até 6 anos eram consideradas pobres, com seus pais ganhando no máximo dois salários mínimos. No quesito moradia, quase 1 milhão e quinhentas mil crianças brasileiras dessa mesma idade moravam em favelas. Não é de estranhar que a prostituição infantil no país tenha atingido proporções alarmantes, em especial nas regiões mais depauperadas, que já nos colocaram na rota internacional dessa modalidade de turismo sexual. Dados assim levam os especialistas a prever um futuro sombrio para o Brasil, com um alto contingente de sua juventude antecipadamente colocado à margem do mercado de trabalho, sem outra alternativa senão a delinquência e o narcotráfico.<sup>12</sup>

Oscilando escandalosamente entre o ser e o faz-de-conta, o caso brasileiro ilustra muito bem aquele conhecido ditado: “Dize-me o que apregoas e te direi o que te falta.” Por exemplo: fala-se muito da nossa cordialidade. Essa afirmação é tanto mais insistente quanto se sabe que, com ela, pretende-se encobrir as inúmeras rebeliões populares que pontilham de sangue a história do Brasil e as não menos violentas investidas brasileiras contra os territórios de seus vizinhos — algumas das quais muito bem-sucedidas, com ou sem o auxílio dos diplomatas nacionais. É, aliás, muito conhecido o caso do barão do Rio Branco, que inaugurou o estilo ágil do Itamaraty, e de quem os biógrafos dizem que “seu passatempo favorito eram as questões limítrofes”. Graças a esse passatempo, o estado do Acre foi tomado à Bolívia, com promessa de compensação por uma estrada de ferro boliviana que o Brasil nunca terminou de construir.<sup>13</sup> Contra o Paraguai, houve a famosa Guerra da Tríplice Aliança, em 1865, através da qual o Brasil “recebeu” como despojo de guerra 60.000 km<sup>2</sup> de terras do país derrotado.<sup>14</sup> Ainda no século passado, os brasileiros realizaram investidas esparsas contra os territórios da Venezuela, Peru e Argentina. Calcula-se que nossa fronteira já avançou, informalmente, uns cem quilômetros Paraguai adentro, na região do Alto Paraná, o mesmo ocorrendo com o Uruguai, num período em que suas terras fronteiriças podiam ser fartamente adquiridas por fazendeiros

brasileiros.<sup>15</sup> Para lançar ainda mais dúvida sobre o mito da nossa cordialidade, é preciso lembrar que, na década de 1980, o Brasil chegou a ser o sexto maior exportador de armas do planeta — armas tanto para defender a segurança nacional quanto para render divisas no comércio com países árabes e com o Terceiro Mundo em geral. Segundo a revista alemã *Der Spiegel*, a vocação bélica é ainda mais significativa no contexto da economia brasileira: as armas chegaram a alcançar o terceiro item das exportações do país, só sendo suplantadas pelo café e pela soja.<sup>16</sup>

A própria bandeira brasileira ilustra o mecanismo de compensação mediante o qual exibimos aquilo que mais nos faz falta: basta abrir os jornais para constatar como estamos longe dos tão decantados “Ordem e Progresso”... O general De Gaulle deu testemunho do seu descrédito quando, visitando o Brasil na década de 1960, afirmou: “Este não é um país sério.” E poderia ser sério um país que usa suas leis para não cumpri-las? Por exemplo, desde janeiro de 1989 já somos formalmente anti-racistas, graças à lei 7.716. Mas isso que poderia ser um avanço acabou ajudando a corroborar as idéias de *democracia racial* e *nação morena* como instrumentos de um racismo ainda mais requintado por ser menos explícito. Neste “Paraíso Multicultural”, os negros se vêem relegados à condição de casta inferior e raramente conseguem ultrapassar os limites econômicos das favelas — tudo isso sob a proteção de uma nova Constituição pretensamente liberal. Em 1998, um estudo da organização não-governamental Fase (Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional) revelou que, comparativamente à média brasileira de 66,4 anos, a expectativa de vida na população de origem negra era de 59 anos — o que significa que essa faixa populacional só agora alcançou o nível que o país tinha na década de 1970. Enquanto a população branca morria prioritariamente do coração (doença de rico), segundo um estudo da Universidade de São Paulo, em 1995, a principal causa de morte entre os negros brasileiros foi o homicídio por arma de fogo.<sup>17</sup> Entre janeiro e março de 1991, aliás, 86% das pessoas assassinadas no Recife eram negras. Numa pesquisa Datafolha de 1995, 50% dos negros entrevistados ganhavam pouco acima do salário mínimo. Se a cifra entre negros e brancos iniciando o primeiro grau escolar se equilibrava, essa pesquisa apontou uma situação bem diferente no grau universitário. Dentre os 50 mil estudantes da USP, o número de negros não chegava a 2%.<sup>18</sup> Enquanto isso, o carnaval, a feijoada e o candomblé — legítimos frutos da cultura afro-brasileira — são hoje

oficializados como típicas “coisas nossas”. A exploração “cordial” dos negros os inclui como itens obrigatórios do turismo nacional.

Situação semelhante ocorre com os índios — os primeiros habitantes do território brasileiro e seus mais legítimos herdeiros. Calcula-se que, à época do Descobrimento, haveria de 1 a 3 milhões de indígenas no Brasil. Hoje, estima-se a existência de 330 mil índios, ou seja, 0,16% do total de brasileiros — isso considerando que a população indígena dobrou, nos anos 90. Das 230 nações supostamente existentes em 1900, a Funai não conseguiu registrar mais do que 215. Ao longo destes séculos, os autóctones foram sendo dizimados por doenças trazidas pelos brancos — varíola, gripe, tuberculose, doenças venéreas. Até hoje, é comum os índios morrerem também em chacinas, já que 80% dos seus territórios sofrem invasões, quando não são espoliados pelo próprio governo federal ou por empresas comerciais que destroem suas florestas e as poluem. Com as reservas indígenas nem sempre demarcadas e respeitadas, a caça diminui e as terras plantáveis se esgotam. Assim, a fome assola tribos inteiras. Por isso, muitas vezes os índios passam a mendigar, no interior do país — onde tornam-se alcoólatras e sofrem verdadeiras epidemias de suicídio, como no Mato Grosso do Sul. Muitas vezes, premidos pelas necessidades, acabam vindo para as grandes cidades, onde perdem os últimos traços de sua cultura e sobrevivem malnutridos, na condição de remanescentes de tribos em extinção — como no caso dos guaranis que habitam a periferia da Grande São Paulo.<sup>19</sup>

E, no entanto, já tivemos até o cacique xavante Mário Juruna como deputado na Câmara Federal. Para evidenciar como nosso sonho é um pesadelo feito de ironias.

## NOTAS

1. Cf. *Brasil, Terra de contrastes*, de Roger Bastide, Difel, São Paulo, 1975, p. 15.
2. Sobre a lenda da ilha Brasil, cf. *Visão do Paraíso (Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil)*, de Sérgio Buarque de Holanda, 3ª edição, Companhia Editora Nacional, S. Paulo, 1976, pp. XXI a XXIV; e ainda *La Busqueda Del Paraíso y Las Legendarias Islas Del Atlántico*, de Louis-André Vigneras, “Cuadernos Colombinos”, Casa-Museo de Colón, Seminario de Historia de América de la Universidad de Valladolid, 1976, pp. 40-45; e ainda “L'Immagine del Brasile nella Venezia del primo cinquecento”, de Silvio Castro, em *L'Impatto Della Scoperta Dell'America Nella Cultura Veneziana* (org. Angela Caracciolo Aricò), Consiglio Nazionale delle Ricerche, Progetto Strategico “Italia-America Latina”, Bulzoni Editore, Roma, s/d., p. 41; e também “Imaginaciones (en tiempos del descubrimiento)”, de León Pomer, em *Anuário Brasileiro de Estudos Hispânicos*, Vol. I, Consejería de Educación de la Embajada de España, Brasília, 1991, p. 243.
3. Cf. “Deus brasileiro leva português à fogueira”, de Armando Antenore, em *Folha de S. Paulo*, “Ilustrada”, 24 de dezembro de 1994, p. 1.
4. Cf. *A carta de Pero Vaz de Caminha*, atualização e notas de Silvio Castro, L&PM, Porto Alegre, 1985, p. 98.
5. *Apud Origem da imoralidade no Brasil*, de Abelardo Romero, Conquista, Rio de Janeiro, 1967, p. 210.
6. Cf. *Nos bastidores da história (contos históricos)*, de Paulo de Oliveira Leite Setúbal, Sarai-va, 8ª impressão (1ª edição em 1928), São Paulo, 1965, pp. 177-191. Sobre a enfermidade de D. Pedro I, Paulo Setúbal cita uma carta do irmão de Domitila de Castro.
7. Cf. “Um corte nos preços”, de Eliana Simonetti e Franco Iacomini, em *Vêja*, 22 de abril de 1998, p. 108.
8. Cf. “Brasil é o primeiro em desigualdade social”, de Daniela Falcão, em *Folha de S. Paulo*, 28 de julho de 1995, p. 1-5.
9. Cf. “Comida é o salário de trabalhador no MA”, de Cris Gutkoski, em *Folha de S. Paulo*, 10 de julho de 1995, p. 1-8.
10. Cf.: Criminalidade bate recorde na Grande SP”, de Crispim Alves, em *Folha de S. Paulo*, 21 de abril de 1998, p. 3-1; “Um carro roubado a cada 4 minutos”, em *Folha de S. Paulo*, 6 de abril de 1998, p. 3-3.
11. Cf. “Pesquisa do IBGE aponta melhoria no ensino”, de Suely Caldas e Eliane Azevedo, em *O Estado de S. Paulo*, 12 de novembro de 1997, p. A-14.
12. Cf. “64% das crianças do país são pobres”, de Roni Lima, em *Folha de S. Paulo*, 26 de julho de 1995, p. 3-1.
13. Cf. *A guerra do Chaco*, de Júlio José Chiavenato, Brasiliense, São Paulo, 1979, p. 23.
14. Cf. *Las Venas Abiertas de América Latina*, de Eduardo Galeano, Siglo Veintiuno Editores, México, 11ª edição, 1975, p. 301; *Os conflitos da Bacia do Prata*, de Leon Pomer, Brasiliense, S. Paulo, 1979, p. 144.
15. Cf. *Vozes & Crônicas (“Che” e Outras Histórias)*, de Eduardo Galeano, Global/Versus, São Paulo, 1978, pp. 123 e ss.
16. *Apud* “Brasil é o 6º exportador de armas”, em *Folha de S. Paulo*, 21 de junho de 1983.

17. Cf. “Negro e mulato vivem menos”, Suplemento Especial “Longevidade”, em *Folha de S. Paulo*, 2 de maio de 1998, p. 3; “Negro morre a bala e branco, do coração”, de Rodrigo Vergara, em *Folha de S. Paulo*, 17 de maio de 1998, p. 3-1.
18. Cf. “Negro nordestino conquista espaço do branco só na hora da autópsia”, de João Batista Natali; “70% dos negros estão empregados, mas a metade ganha até R\$ 200,00”, de Aureliano Biancarelli, em “Racismo cordial”, caderno especial da *Folha de S. Paulo*, 25 de junho de 1995, pp. 4-12.
19. Cf. “Índios trocam o Paraná por São Paulo”, de Kennedy Alencar, em *Folha de S. Paulo*, 18 de dezembro de 1995, p. Especial A-a.

## CAPÍTULO 4

### O estado de vir-a-ser

Começamos pela lubrificação. Nos Estados Unidos, o gel lubrificante KY (o famoso “queiui”) sempre teve alto consumo entre os homossexuais, sendo consagrado até por poetas que celebraram seu tubinho de notória utilidade. Numa cultura escrupulosa mas objetiva como a protestante, a bula americana indica a importância do KY para fins ginecológicos e hospitalares: útil na solução de secura vaginal e “excelente para facilitar a inserção de termômetros retais”. Para bom entendedor, a menção está feita, em se tratando de uma democracia puritana mas tão conseqüentemente capitalista que visa a todos os consumidores possíveis, inclusive aqueles/as que gostam de “termômetros” mais encorpados. Quando o KY chegou ao Brasil, com grande atraso aliás, as indicações mudaram, ainda que o fabricante americano continuasse o mesmo. Pudicamente, a bula brasileira menciona, com falsos detalhes científicos, a importância da lubrificação vaginal, mas omite a utilidade do gel para fins hospitalares e assemelhados não tão hospitalares — por exemplo, o sexo anal praticado por homos e heterossexuais. Tal mudança é emblemática de uma “maneira de não-ser” nacional, que confunde tolerância com hipocrisia. Especialmente se considerarmos que, dentro das fronteiras eróticas brasileiras, a bunda é a parte da anatomia humana preferida. Aqui, mostra-se a bunda por toda a parte e sob qualquer pretexto. Nas praias, ela realça fios dentais generosamente mínimos. Nas televisões, é ostentada sem sutilezas, sobretudo no carnaval. Ela enche também os *outdoors*: “Dê pra quem você gosta”, dizia um anúncio de jeans do Dia dos Namorados, com uma bunda feminina em primeiro plano. Não por acaso, 47% dos homens brasileiros admitiam praticar sexo anal, em pesquisa nos anos 90, apesar de terem dado outras respostas sobre sexualidade muito

conservadoras.<sup>1</sup> Pela popularidade do bumbum, era de se esperar que a bula do KY brasileiro faria no mínimo certa menção sutil, como no similar americano, visando a seus maiores consumidores potenciais. Descontando o zelo pela “integridade da família brasileira”, o motivo de tal parcimônia poderia ser algo bem mais banal e realista: evitar sugestões que induzam à tentação, num país pródigo em nádegas a cada esquina. E depois, dirão, esse é o tipo de coisa que fica implícita. Afinal, estamos num país onde o mais importante é freqüentemente o mais mascarado.

A mania de “dar um jeitinho” reflete-se nas mais diversas circunstâncias da sinuosa vida erótica brasileira. Por exemplo, não existem leis anti-homossexuais no Brasil, seja na Constituição, seja no Código Penal (verificar mais detalhes na Parte 3). Mas, quando quer mostrar serviço, a polícia realiza batidas e os diversificados representantes da ordem humilham os homossexuais, mais constantemente do que se pensa, em lugares públicos e privados. Criam-se razões indiretas (“atentado ao pudor”, “vadiagem” ou “consumo de drogas”) para deflagrar uma repressão que se deve ao autoritarismo básico da organização social brasileira e a um dos seus mais genuínos reflexos: o machismo, muitas vezes de mãos dadas com a hipocrisia. Mas não se pode levar a sério nem sequer os truculentos machos nacionais — que também participam do jogo de *esconder como forma de realçar*. É muito comum que eles persigam nos homossexuais confessos o secreto fantasma do seu próprio desejo, que os atormenta. Assim, em 1978, quando da perseguição jurídico-policial que quase fechou o jornal *Lampião*, então definido pela mídia como “porta-voz dos homossexuais brasileiros”, descobriu-se que a autoridade federal responsável pela repressão tinha histórias pouco recomendáveis no seu passado — e provavelmente temia que a “imprensa guei” revelasse isso em fofocas de coluna social. Lembro também o caso de um amigo homossexual que certa vez foi inexplicavelmente atacado, espancado e ameaçado de morte, em plena rua e durante o dia, por um policial à paisana, a quem não conhecia e sequer tinha dirigido um olhar, mas que talvez fosse atraído por sua desmunhecação; esse amigo me contou que ficou espantado porque a atitude do policial lembrava, em tudo, a de alguém que o estivesse atacando sexualmente. E, no Nordeste, onde o machismo chega a criar situações trágicas, é surpreendente o número de homens casados e com vida sexual dupla. Contam-se casos de muitos bofes homossexuais (enrustidos, evidentemente) dentro das polícias locais. Na Bahia, conheci um rapaz especia-

lista em ter amantes machões; seus encontros eram sempre do mesmo jeito: bebiam cerveja num bar, cuspiam virilmente para o lado e comentavam suas últimas conquistas femininas — enquanto se tocavam libidinosamente, por debaixo da mesa. Claro que acabavam sempre numa cama do hotel mais próximo.

Desconfio que o machismo brasileiro é, de certa maneira, uma forma exuberante de buscar a homossexualidade, mais do que uma maneira de declinar dela ou simplesmente rechaçar os viados. Nosso machão veste essa couraça para se defender de algo que o fascina — mais ou menos como o refrão “Ordem e Progresso” esconde nossa propensão interior ao caos, à desordem. Tanto quanto no caso paradoxal do machão nacional, pode-se dizer também que o anseio brasileiro pela ordem e pelo caos é uma mistura quase inextricável, como parte de um mesmo movimento transbordante. Tende-se à sombra de modo tão impetuoso como se tende ao brilho. Dos brasileiros disse, certa vez, a revista *Time* que para nós “nenhuma crença é tão rígida que não possa ser virada do avesso e nenhum inimigo tão odiado que não possa ser abraçado”.<sup>2</sup> Por outro lado, certos analistas do “caráter brasileiro” afirmam, não sem um grande risco de generalização, que nossa propensão à mistura dos contrários é, na verdade, resultado do traço básico desse caráter, ou seja, a tendência à conciliação, que daria a ilusão de sensatez, quando não de cordialidade. Mas eles referem-se também (com certo pudor e constrangimento) a uma outra tendência que, graças a controvertidas circunstâncias históricas, teria se tornado endêmica nos brasileiros: a indolência, que levaria inevitavelmente à devassidão. Para tanto, tais autores gostam de citar o testemunho dos viajantes estrangeiros que visitaram o Brasil, em diversas épocas. Essa é, aliás, outra das nossas tendências: chamar o testemunho dos brasilianistas. Acho que há uma explicação plausível: nós brasileiros só temos certeza de que o somos quando confrontados com estrangeiros. Por isso, o tubinho americano de KY revela nossas diferenças.

E, no entanto, como compreender a exuberante explosão de ludismo erótico em meio a situações de miséria extrema? Trata-se dessa mesma oscilação pendular entre a luz e a sombra, vida e morte, amor e ódio, que apesar de tão contrários são tão próximos quanto os dois extremos de uma ferra-dura — para usar uma expressão cara ao general Golbery. Abundam exemplos disso na América Latina. Conheci, certa vez, um missionário espanhol que se confessou escandalizado, logo após chegar à Colômbia, porque os

índios gastavam parte do seu mísero dinheirinho em fogos de artifício, que soltavam alegremente nos dias de festa religiosa; o padre contou ter demorado anos até entender esse elemento estranho ao contexto cultural europeu: na América Latina, os sentimentos têm a linguagem da paixão e generosidade diante da vida, que é despendida sem previsão de riscos — talvez pelo convívio cotidiano e palpável com a morte. Ele compreendeu que, por sua capacidade de ser inútil, a paixão significa “na era histórica, uma tentativa momentânea de superar o utilitarismo da cultura e, com isso, o caráter quantitativo e instrumental da organização cultural” — nas palavras de Igor Caruso. Tanto quanto as orgias públicas que ocorriam durante as grandes pestes medievais na Europa, o Carnaval brasileiro também poderia — com suas explosões do instinto sexual — constituir “uma resposta habitual a catástrofes coletivas e ameaças sociais”.<sup>3</sup> Durante esses três dias, há um movimento de exacerbação sensual e uma espécie de delírio coletivo em que o princípio do prazer eclode onipotente e as regras — ou aquilo que a razão oferece como freio — perdem o sentido; então, tudo pode acontecer — e tudo acontece.\* É tal a ruptura com a sensatez, durante as folias carnavalescas, que até a polícia brasileira, normalmente muito violenta, age com precaução, temerosa de revanches ou explosões em cadeia. No Carnaval, os instintos não pedem licença para passar; dança-se, canta-se, trepa-se, briga-se, rouba-se e se mata num único movimento tornado voragem, de modo que Freud talvez pudesse acrescentar dados preciosos à sua inacabada “metapsicologia” se tivesse conhecido o Carnaval brasileiro. Abrindo caminho no coração da nossa miséria, pode-se encontrar esse gosto indiscutível pela devassidão, fartamente presente no decorrer da vida e história brasileiras — caso da já mencionada *bunda*, essa exuberante parte da anatomia humana, que goza de um lugar quase privilegiado no contexto do nosso erotismo, tanto nas camas quanto nas ruas. É nesse universo lúdico e constantemente em formação que se encontra a presença (para tantos historiadores incômoda) da prática homossexual. Presente em solo brasileiro nos seus teores mais requintados, ela não só escandalizou os viajantes estrangeiros, mas também os fascinou e seduziu, até o ponto de instilar-lhes a desordem interior, como se verá na Parte 1.

\*Ver mais detalhes na Parte 6 deste livro, capítulo *A máscara e a paródia*.

Se, como quer Michel Foucault, praticar a homossexualidade é estar em devenir, a vivência homossexual não parece se contrapor ao estado de vir-a-ser característico de uma nação feita de grandes enigmas e de identidade tão fluida quanto o Brasil. Por isso, uma das já mencionadas finalidades deste livro é contrapor-se às reiteradas tentativas de se esconder a vivência homossexual sob o tapete da história brasileira. Mas lembro que essa minha intenção não quer ser confundida com certo esforço em se integrar o homoerotismo a um pretense “caráter nacional brasileiro”, como se se tratasse de mais um item em nosso cardápio turístico. (Para afirmar esta falsa “exclusividade nacional”, seria preciso negar a intensíssima atividade homossexual em tantos outros países, desde a Antiguidade até nossos dias.) Uma análise histórica da homossexualidade tal como os brasileiros a vivem deverá ser menos a história da permissividade emanada dos mecanismos de controle social (evoluindo da Inquisição e Censura Policial para a Psiquiatria, o Saber Universitário e a Mídia) e mais o levantamento de vestígios de um desejo indômito, que floresce de modo subjacente seja nos quintais da província, seja nos banheiros públicos das grandes cidades. Com certeza, o que se lerá aqui não pretende ser um trabalho acabado nem definitivo, mas uma viagem, com impressões (às vezes sentimentais), pelos intestinos eróticos do Brasil.

## NOTAS

1. Cf. "O relatório *Folha da sexualidade brasileira*", em caderno "Mais!", *Folha de S. Paulo*, 18 de janeiro de 1998, pp. 4-11.
2. *Apud Origem da imoralidade no Brasil*, de Abelardo Romero, Conquista, Rio de Janeiro, 1967, p. 16.
3. *La separación de los amantes*, de Igor Caruso, Siglo Veintiuno Editores, México, 1978, p. 188.

## PARTE I

## O BRASIL VISTO DA LUA

"Não existe pecado do lado de baixo  
do equador:  
vamos fazer um pecado rasgado, suado  
a todo vapor."

*canção de Chico Buarque e Ruy Guerra*